



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II

ANO XXVII — Nº 32

QUARTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1972

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

(\*) Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 17, de 1972

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.206, de 3 de fevereiro de 1972

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei, n.º 1.206, de 3 de fevereiro de 1972, que "autoriza o Ministério dos Transportes a prestar assistência técnica em assuntos rodoviários, aquaviários e ferroviários, a países amigos e a construir prédios destinados à instalação de serviços públicos de fronteira, nos terminais respectivos e dá outras providências".

Senado Federal, em 22 de maio de 1972. — **Petrônio Portella**, Presidente do Senado Federal.

(\*) Publicado no D.C.N. (Seção II) de 23-5-72 e republicado por haver saído com incorreção.

### SUMÁRIO DA ATA DA 36.ª SESSÃO, EM 23 DE MAIO DE 1972

#### 1 — ABERTURA

#### 2 — EXPEDIENTE

##### 2.1. — Discursos de expediente

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Comemorações do Centenário de fundação da Associação Comercial de Sergipe.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — IV Congresso Interamericano do Ministério Público em realização nesta Capital. Registrando a inauguração de sua Agência em Lisboa, manifesta-se S. Ex.<sup>a</sup>, contrariamente, quanto à pretensão do Banco do Brasil em criar uma agência na África do Sul. Declarações do Governador Antônio Carlos Magalhães, veiculadas na Imprensa guanabarina, sobre o surgimento de novos líderes na área administrativa.

**SENADOR VIRGÍLIO TAVORA** — Declaração de Princípios da Conferência Especializada sobre a Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina — CACTAL.

##### 2.2. — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado n.º 16/72, apresentado pelo Sr. Senador Benedito Ferreira, que estabelece normas para o exercício de profissionais de nível superior, formados por escolas oficiais, nos dois primeiros anos após a formatura.

#### 3 — ORDEM DO DIA

Requerimento n.º 19, de 1972, de autoria do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do

Senado, do discurso proferido em 8 de maio de 1972 pelo General-de-Exército Walter de Menezes Pais, em nome das Forças Armadas, quando das comemorações do 27.º aniversário do Dia da Vitória, no Monumento aos Mortos da 2.ª Guerra Mundial. **Aprovado.**

Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1972, de autoria da Comissão Diretora, que extingue o Cargo de Superintendente do Serviço Gráfico do Senado Federal. **Aprovado**, à Comissão de Redação.

Projeto de Resolução n.º 10, de 1972, que suspende a execução de preceitos da Constituição do Estado de Mato Grosso, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Representação n.º 826, daquele Estado. **Aprovado**, à Comissão de Redação.

#### 4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR HELVÍDIO NUNES** — Procrastinação da construção do trecho piaulense na BR-020, Fortaleza—Brasília.

**SENADOR JOSÉ LINDOSO** — Apresentando sugestões aos programas de desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

**SENADOR JOSÉ SARNEY** — Considerações sobre o tema das fusões, incorporações, conglomerados e sua compatibilização com a política econômico-financeira posta em prática pelos governos revolucionários.

**SENADOR VASCONCELOS TORRES** — Prejuízos causados ao comércio de Barra do Piraí, Estado do Rio de

## EXPEDIENTE

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA  
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES  
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA  
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI  
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

## Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 20,00  
Ano ..... Cr\$ 40,00

## Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 40,00  
Ano ..... Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

Janeiro, em virtude do aumento do tráfego ferroviário no centro urbano da cidade.

5 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

## ENCERRAMENTO.

6 — Transcrição: Discurso proferido em 08-05-72, pelo General-de-Exército Walter de Menezes Pais, em nome das Forças Armadas, quando das comemorações do 27.º ani-

versário do Dia da Vitória, no Monumento aos Mortos da 2.ª Guerra Mundial.

7 — Republicação: Discurso proferido pelo Senador Virgílio Távora na sessão de 22-05-72.

8 — Atas das Comissões.

9 — Composição das Comissões Permanentes.

## ATA DA 36.ª SESSÃO EM 23 DE MAIO DE 1972

### 2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. CARLOS  
LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Geraldo Mesquita — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Alexandre Costa — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Milton Cabral — Wilson Campos — Arnon de Mello — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamin Parah — Nelson Carneiro — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Fernando Corrêa — Mattos Leão — Ney Braga — Celso Ramos — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há expediente a ser lido.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Lourival Baptista, primeiro orador inscrito.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — (Pronuncia o seguinte discurso.) Senhor Presidente, Senhores Senadores, acabo de retornar do meu Estado, aonde fui integrando a Comissão designada pela digna Mesa, para representar o Senado da República, nas comemorações do Centenário de Fundação da Associação Comercial de Sergipe. Volto hoje de Aracaju, após ter assistido a solenidade de abertura das festividades, presidida pelo Excelentíssimo Senhor Governador Paulo Barreto de Menezes, com a presença de numerosas autoridades civis, militares, e eclesiásticas.

A conferência de abertura das comemorações, foi proferida pelo nosso Eminente Presidente, Senador Petrônio Portella, convidado especial, da Associação Comercial de Sergipe, a qual veio contribuir para o maior brilho das festividades.

Para Sergipe, foi uma honra muito especial a visita do Senador Petrônio Portella, digno Presidente desta Casa, que se fez presente a todas as solenidades de abertura das comemorações do Centenário da Associação Comercial, tendo a sua participação sido também uma homenagem prestada pelo Senado Federal, aos empresários sergipanos, tão bem representados pela centenária entidade.

Não posso deixar de registrar com grande satisfação, a visita realizada pelo Senador Petrônio Portella, à ci-

dade de São Cristóvão, antiga Capital de Sergipe, e quarta cidade mais antiga do Brasil.

Ali, juntamente com o Governador Paulo Barreto de Menezes, tivemos a satisfação de acompanhá-lo em visita a vários monumentos, ao Museu de Sergipe, e a locais que constituem valiosos patrimônios históricos, de um passado que São Cristóvão conserva como valioso legado às gerações atuais.

Assinalo também a visita feita, ontem pela manhã, aos campos produtores de petróleo no município de Carmópolis. Ali, o eminente Presidente desta Casa viu um dos aspectos mais pujantes da economia sergipana, constatando *in loco* as imensas possibilidades do meu Estado que, agora, busca, com o aproveitamento integrado de todas as suas riquezas minerais, participar efetivamente do progresso que vive o país.

Após a visita aos campos petrolíferos, o Senador Petrônio Portella esteve em Palácio, onde foi recebido pelo Governador Paulo Barreto e todos os seus Secretários e Auxiliares, sendo depois homenageado pela Assembléia Legislativa. Foi saudado ali pelo jovem Deputado Eliário Silveira Sobral, que fez na oportunidade uma brilhante análise da atual conjuntura econômica de Sergipe, mostrando ao visitante, dados que bem refletiram a realidade do meu Estado.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer.

**O Sr. Eurico Rezende** — Desejo congratular-me com V. Ex.<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento, com o eminente Senador Petrônio Portella por haver mantido horas de cativante intervenção no seu Estado e, também, com o próprio Estado de Sergipe que teve a honra de ali receber o Presidente do Congresso Nacional. V. Ex.<sup>a</sup> faz muito bem, e é sempre bom que se destaque a visita que o *bâtonnier* do Congresso Nacional faz a um Estado da Federação. Temo-nos habituado a sentir que se dá muita repercussão as visitas de Presidente da República, o que é justo olvidando-se, via de regra, a visita de Presidentes dos dois outros Poderes que deviam merecer, também, destaque, pois isso ajuda a prestigiar os outros Poderes da Nação. É manifestação de apreço, sobretudo, que V. Ex.<sup>a</sup> faz ao Presidente do Congresso Nacional e ao próprio Parlamento brasileiro que esteve presente naquelas históricas celebrações, através do patriotismo, da cultura, e do espírito público do Presidente Petrônio Portella.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** — Agradeço, nobre Senador Eurico Rezende, o aparte com que veio enriquecer o meu pronunciamento.

**O Sr. Nelson Carneiro** — V. Ex.<sup>a</sup> dá licença para um aparte?

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** — Com muito prazer.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Apenas para subscrever (se fosse possível subscrever palavras) as expressões que acabam de ser proferidas pelo nobre Senador Eurico Rezende, ampliando que a repercussão que se dá a visitas do chefe do Governo é extensiva também às dos próprios Ministros de Estado. Se, porém, é o Presidente do Congresso Nacional quem visita qualquer das unidades da Federação, dá-se menor divulgação ao fato, quando, ao contrário, se deve ressaltar — e V. Ex.<sup>a</sup> faz muito bem — o comparecimento do Chefe do Poder Legislativo.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, eminente Senador Nelson Carneiro, o aparte com que veio honrar o meu discurso.

Depois desta homenagem na Assembléia Legislativa, o Senador Petrônio Portella recebeu igualmente as manifestações dos Vereadores araca-juanos, em nome dos quais usou da palavra o digno edil Narciso Machado.

Nesta oportunidade, Senhor Presidente, quero prestar especial homenagem ao operoso comércio de meu Estado. Trata-se de uma classe integrada sobretudo por médios e pequenos comerciantes, que prestam inestimáveis serviços ao povo sergipano em todos os rincões do Estado, numa labuta permanente e sofrida. Bem conhecido, Senhor Presidente, o trabalho cotidiano e incansável por eles reali-

zado, participando ativamente da luta de desenvolvimento do nosso Estado. E bem sei das dificuldades e dos percalços com que mantêm suas atividades, batalhando duramente pela sua própria sobrevivência e, simultaneamente, para o engrandecimento de Sergipe. Neste momento, não poderia faltar a esta manifestação que, desta tribuna, dirijo a todos que integram o comércio de Sergipe, muitos deles conhecidos e amigos pessoais, cujo labor intenso e difícil bem conheço. A oportunidade em que se comemora o centenário de Fundação, da Associação Comercial, Órgão integrado por todos os comerciantes do Estado, torna dever para mim a saudação que a eles dirijo, pela certeza de que do seu patriotismo e do seu trabalho incessante extraímos grande parte de nossa fé no auspicioso futuro de nosso Estado.

Senhor Presidente, não posso também deixar de acentuar, nesta ocasião, que a homenagem que ora presto aos comerciantes de Sergipe tem para mim significado muito especial. É que, quando no Governo do Estado, sempre me esforcei no sentido de bem compreender as dificuldades dessa laboriosa classe. Daí jamais ter contribuído para o agravamento de seus problemas, tudo empreendendo para dar-lhe apoio, incentivo e o tratamento justo e compreensivo que sabiam merecer do Estado. E constitui para mim especial satisfação poder afirmar, desta tribuna, ter a convicção de tudo haver feito visando ajudar e apoiar os comerciantes sergipanos, jamais permitindo que qualquer deles se tornasse vítima de excessos de autoridades porventura exorbitantes no cumprimento de seu dever.

Não poderia aqui, deixar de manifestar minhas congratulações à direção da Associação Comercial de Sergipe, representada na pessoa do seu dinâmico Presidente, Senhor Ayrton Vasconcelos, e também à Comissão Especial do Centenário, sob a Presidência do Ilustre Senhor Arivaldo Prata, comerciante ao mesmo tempo tradicional e progressista, homem de larga visão e compreensão e dedicado às boas causas do Estado, que tudo fez para o maior brilhantismo das comemorações que irão assinalar o Centenário da operosa entidade.

Finalizando este depoimento que presto ao Senado e ao País, a respeito das comemorações do centenário da Associação Comercial de Sergipe, quero formular votos de que aquela prestigiosa entidade de classe prosiga nas suas lutas em defesa dos legítimos interesses do comércio em nosso Estado.

Que possa continuar a prestar os relevantes serviços que, neste primeiro século de sua existência, tem prestado à economia sergipana.

Saudando, pois, aos comerciantes de Sergipe, homens que sempre quiseram o progresso de sua terra e por ele pugnaram, manifesto meu desejo de que, ao iniciarem a nova centúria de sua Associação, continuem integrados ao povo e ao Governo do Estado, no trabalho incansável de todos em prol do nosso desenvolvimento econômico.

Que sejamos todos nós os pregoeiros, os defensores e os artífices desse desenvolvimento integrado de Sergipe, do Nordeste e do Brasil, nobre ideal e meta superior da política de integração nacional do eminente Presidente Garrastazu Médici.

Sr. Presidente, ao concluir, adianto a V. Ex.<sup>a</sup> que encaminharei oportunamente requerimento à Mesa, para transcrição em nossos Anais da brilhante conferência realizada em Aracaju por nosso Presidente, o eminente Senador Petrônio Portella. E o faço tanto em consideração à qualidade do magnífico trabalho, como numa demonstração a mais — nas tantas que certamente foram prestadas ao presidente Petrônio Portella — do reconhecimento de Sergipe, seu povo, seu governo e seus representantes pela honra de sua presença em nosso Estado.

(Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Nelson Carneiro, Líder da Minoria.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — (Pronuncia o seguinte discurso — Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, instalou-se, ontem, nesta Capital, sob a presidência do Sr. Ministro Alfredo Buzaid, o IV Congresso Interamericano do Ministério Público. Os temas que devem ser afluídos neste importante conclave são da maior importância:

“Função do Ministério Público na Repressão ao Crime — Atribuições, Poderes e Meios de Atuação” e “O Ministério Público como Órgão Agente e como Órgão Interviente no Processo Civil.”

São valiosas contribuições, certamente votadas nesse Congresso, que servirão de adminículo para o estudo posterior das leis que devemos elaborar, quando aqui vierem os anunciados e tão demorados projetos de códigos.

Os jornais de hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores, referem que o Banco do Brasil inaugurou, festivamente — como era de seu dever e como é do nosso agrado — mais uma agência no estrangeiro, desta vez em Lisboa. Infelizmente, porém, a mesma notícia ajunta que esse importante estabelecimento de crédito pretende expandir as suas atividades, o que é sempre louvável, por outros países do mundo,

Mas entre esses países estaria incluída, com pesar nosso, a África do Sul.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não podemos deixar de, desde agora, fazer um apelo ao ilustre Sr. Nestor Jost e aos seus companheiros de direção do Banco do Brasil, para que desistam dessa idéia, se é que realmente a alimentam. Somos um país que acredita — porque nascido sob a civilização cristã, — que nem só de pão vive o homem, e não há de ser por alguns trocados que o Banco do Brasil, que representa um país onde vigora uma democracia racial, país cujo pão é amassado com o suor, com o sangue, com a segregação e com a escravidão do povo africano, do homem de cor.

**O Sr. Arnon de Mello** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Com todo prazer, Senador.

**O Sr. Arnon de Mello** — Ouço, com o prazer de sempre, o discurso de V. Ex.<sup>a</sup> Não discordo do que o nobre colega diz sobre o *apartheid*. Peço apenas a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> e da Casa para o seguinte: a África do Sul, é um País que mantém intercâmbio comercial com o Brasil, e importa muito mais daqui do que lhe compramos.

Acredito que a instalação de uma agência do Banco do Brasil em Pretória, seja decorrência desse intercâmbio.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Esse intercâmbio comercial, Sr. Presidente, se o nobre Senador Arnon de Mello se dispuser a estudar comigo, no Itamarati as questões relativas a importação e exportação, verificará que se trata apenas de importação política para, exatadamente, quebrar na América a unanimidade na reprovção do *apartheid* africano.

Somos o único país na América Latina que consentiu que aviões de uma linha aérea sul-africana descessem nos aeroportos nacionais. Por isso, a África do Sul mantém um déficit político na balança de trocas comerciais — para conservar a posição a que alude o Senador Arnon de Mello. Mas se S. Ex.<sup>a</sup>, examinar comigo, na divisão respectiva do Itamarati verificará que é apenas uma posição política para manter o Brasil na situação em que se encontra na América Latina.

**O Sr. Vasconcelos Torres** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Pois não! Com muita honra.

**O Sr. Vasconcelos Torres** — Quanto à linha aérea, desejaria esclarecer que houve reciprocidade, porque a Viação Aérea Rio Grande do Sul, a VARIG, está também pousando em Johannesburg. Se a bandeira do Brasil chega até lá, não há como negar

essa escala, que não é uma linha direta mas para o pouso intermediário que se faz de Johannesburg a Luanda, Rio de Janeiro e Nova Iorque. Quanto à parte racial, devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que conheci Johannesburg, Capetown e Pretória. Realmente, é nojento, asqueroso o que lá se observa: divisão das chamadas raças européias e não-européias, com os bancos; as moradias são chamadas *locations* que quase se assemelham a um campo de concentração. Mas o Brasil, no final das contas, me parece que, tendo sua política anti-racista, está cuidando de seu desenvolvimento econômico. E quero crer que essa política inteligente e avançada do Banco do Brasil, já o nosso País como potência, irá demolindo esses focos constituídos pelos que ainda acreditam em uma raça superior. Quem sabe se não podemos colocar — em Johannesburg, em Capetown, um elemento de epiderme da cor do ébano como gerente do Banco do Brasil e acabar com tudo isso? Quem sabe? Ainda quanto à parte aérea, queria esclarecer que o Banco do Brasil não terá agência apenas na África do Sul; possui também nas Províncias Ultramarinas, como acaba de demonstrar, elevando bem alto o nome do País como a oitava potência do mundo.

**O Sr. Arnon de Mello** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Pois não! Com muita honra.

**O Sr. Arnon de Mello** — Conheço também a África do Sul. Estive em Johannesburg, em Pretória e em Capetown. Na África do Sul, não há apenas a luta ou a incompatibilidade entre o preto e o branco; há também a incompatibilidade entre os ingleses e seus descendentes e os boers, descendentes de holandeses. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que na África do Sul a Inglaterra escreveu uma das mais negras páginas da sua História, de nação colonizadora, como disse o próprio Winston Churchill, que, por ocasião da chamada guerra dos boers, lá esteve como repórter de um jornal inglês. Estou inteiramente de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> na condenação do *apartheid*. Mas compreendo que o Brasil não se escuse ao intercâmbio comercial com a África do Sul. Como V. Ex.<sup>a</sup>, conheço também documentos referentes às preocupações do governo daquele país no sentido de ampliar suas relações comerciais com o Brasil.

Mas o Brasil não apóia o "apartheid"; ele apenas não se escusa de aceitar o intercâmbio comercial com a África do Sul, que nos é extraordinariamente favorável.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — "Extraordinariamente" é, data venia, um exagero do nobre Senador Arnon de Mello.

Sr. Presidente, a verdade é que não faz muito tempo um time de futebol brasileiro não pôde chegar à África do Sul ou teve que voltar do caminho porque entre os jogadores estava Pelé e outros elementos de cor dos nossos quadros.

**O Sr. Vasconcelos Torres** — O que sucedeu não foi com Pelé mas com a Portuguesa, de São Paulo!

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Agradeço o esclarecimento. Com a Portuguesa. Agora, Sr. Presidente, quero felicitar este País, porque aí está a verdadeira democracia racial: os nobres Senadores Vasconcelos Torres e Arnon de Mello conseguiram ir à África do Sul e ser hospedados onde vivem os brancos, mas quantos brasileiros poderiam chegar à África do Sul sem viver naquelas malocas, naqueles quadros tétricos a que assisti, divulgados, através de filmes, na última Assembléia Geral da ONU! Ali, foram exibidos filmes, mandados elaborar pela própria ONU, em que se demonstravam os lugares onde moravam os homens de cor da África do Sul. Não os imigrantes negros, mas os africanos negros, os naturais da terra, que moravam em lugares que, como bem disse o Senador Vasconcelos Torres, lembravam os campos de concentração, de tal forma que não havia sequer possibilidade de fuga, tão distantes estavam da cidade!

**O Sr. Vasconcelos Torres** — São os chamados *locations*. Eu pude entrar lá.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Então, nós que nos orgulhamos, de boca cheia, em dizer que somos um País sem preconceitos raciais, que incluímos em todas as nossas Constituições um combate severo a essas iniciativas de discriminação racial, que aprovamos e fazemos cumprir a chamada Lei "Afonso Arinos", por que? que pobreza de país é esta, Sr. Presidente, que para seu desenvolvimento, grandeza e prosperidade, necessita transacionar com a África do Sul e, lá, plantar uma agência do Banco do Brasil? Ainda há pouco, passou por aqui, incógnito — felizmente, Sr. Presidente! — está nos jornais de hoje — o Chanceler da África do Sul, para nos visitar.

**O Sr. Eurico Rezende** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Darei já, Senador. Vou ler a notícia:

**O Sr. Arnon de Mello** — Perdome-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas ele recebeu uma homenagem, ontem, do Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Lelo O Globo de hoje:

"O Itamarati e a representação da África do Sul cercaram de si-

gilo a visita a Brasília do Chanceler Hilgard Müller. O Ministro sul-africano chegou de manhã, às 12 horas e 30 minutos, reuniu-se com o Chanceler Mário Gibson Barboza, com quem almoçou no Ministério das Relações Exteriores. A presença do Chanceler da África do Sul não foi anunciada pelo Itamarati. Sua passagem pelo Brasil é ignorada oficialmente pelo Ministério das Relações Exteriores."

**O Sr. Vasconcelos Torres** — Porque foi particular.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Continuo a leitura:

"A Legação da África do Sul tomou todas as providências para que o Sr. Hilgard Müller passasse por Brasília incógnito: ordenou ao Hotel Nacional que não fossem dadas informações à Imprensa, e não deu informações — diz **O Globo** de hoje.

Não estou na intimidade do Palácio do Itamarati mas me é permitido ler alguma notícia que escapa à censura oficial — e aqui está uma, porque todos os Chanceleres passam pelo Brasil sem qualquer restrição, mesmo em visita particular, e esse passa incógnito, fugido, chega de manhã, almoça, vai embora e ninguém dá a notícia. Até os representantes da África do Sul, neste País, sentem que a consciência nacional, graças a Deus, a consciência brasileira, repele um país que ainda hoje escraviza os seus nacionais, ainda hoje discrimina os homens pela cor, ao invés de discriminá-los pela atitude, pela capacidade, pelo valor.

**O Sr. Eurico Rezende** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Pois não! Com muita honra.

**O Sr. Eurico Rezende** — Quer-me parecer que com relação à implantação da agência do Banco do Brasil, na África do Sul, as coisas não são tão pretas como V. Ex.<sup>a</sup> quer fazer crer.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Só não pode ir preto para a agência, porque não entra!

**O Sr. Eurico Rezende** — E essa iniciativa não deve causar estranheza a V. Ex.<sup>a</sup> porque o Brasil mantém relações diplomáticas com a África do Sul.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Mas nunca aumentou sua delegação, ainda não consentiu que passasse a embaixada.

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Ex.<sup>a</sup>, diminuindo a dimensão da presença diplomática do Brasil na África do Sul, apenas confirma o que estou afirmando no meu aparte.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Não há dúvida! Isso existe.

**O Sr. Eurico Rezende** — Ora, a tese de V. Ex.<sup>a</sup> teria oportunidade de ser suscitada e discutida quando o Senado apreciou, e creio que com o voto de V. Ex.<sup>a</sup>, a designação de funcionários diplomáticos para a África do Sul. Então, temos relações diplomáticas com a África do Sul.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Que temos relações, não há dúvida.

**O Sr. Eurico Rezende** — Se temos relações diplomáticas com a África do Sul, o episódio focalizado por V. Ex.<sup>a</sup> não pode causar estranheza porque tem sua razão, aliás, muito bem apontada pelo eminente Senador Arnon de Mello: o Brasil tem interesses e grandes esperanças nas suas relações com o Continente africano...

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Com o Continente africano, é verdade...

**O Sr. Eurico Rezende** — ... de modo geral, sem exceções. O tema de V. Ex.<sup>a</sup> é meramente político, e mesmo apreciando pelo lado político, V. Ex.<sup>a</sup> deve compreender que na medida em que organismos como o Banco do Brasil e organismos de outras nações se instalam na África do Sul, esses organismos poderão constituir-se em instrumentos de persuasão para que a mentalidade governamental ali desgrazadamente implantada se reintegre num sentido democrático, sem nenhuma discriminação de cor que ali, lamentavelmente, se verifica. Naturalmente que a criação da agência do Banco do Brasil foi precedida de estudos técnicos.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Ainda não foi instalada, permita-me o esclarecimento, Excelência.

**O Sr. Eurico Rezende** — Causa uma certa estranheza o que V. Ex.<sup>a</sup> suscita, porque senão poderíamos voltar as costas para a possibilidade de implantar uma agência do Banco do Brasil na China Comunista — que procurou minar as instituições nacionais, que foi responsável por atos de terrorismo aqui. Mas este é um problema político, inteiramente dissociado do problema de interesse econômico do Brasil. O Brasil está-se projetando lá fora. Já está quase com a sua economia consolidada e a sua imagem está-se dilargando lá fora, e não podemos, absolutamente, por uma questão meramente política — e que é abominável, estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> — deixar de desenvolver, num campo propício aos nossos interesses, iniciativas como esta da criação da agência do Banco do Brasil. A questão de Pelé e de outros jogadores negros, naturalmente, deve ser enfocada de maneira diferente do tema econômico que inspirou a iniciativa governamental brasileira.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Sr. Presidente, eu queria repetir que o Banco do Brasil ainda não instalou a agência. Está noticiado que o Banco do Brasil pretende instalar várias outras agências no estrangeiro, inclusive uma na África do Sul. Pelo que conheço do mundo, da reprovação universal que se manifesta na ONU à África do Sul, pela unanimidade da África contra a África do Sul, pelos sentimentos do povo brasileiro que abomina a segregação racial, por tudo isto, Sr. Presidente, eu me permiti fazer um apelo ao meu eminente amigo Sr. Nestor Jost para que reexaminasse esse desejo e não implantasse agência do Banco do Brasil nessa África do Sul, esse navio negreiro encostado lá no sul do continente negro; não a implantasse lá sob a bandeira do Brasil — "aquele auriverde pendão que a brisa do Brasil beija e balança", que outrora Castro Alves queria roto antes que estivesse servindo de pálio aos dramas e aos horrores do Navio Negreiro. Não quero que outra vez o pavilhão verde-amarelo fique implantado numa pátria onde a escravidão é regra geral, porque o conquistador escravizou o povo e discriminou a raça.

É o meu protesto, Sr. Presidente. Outros colegas podem achar que deve ser assim, mas me permito, pelo menos, formular aqui o meu apelo de homem que tem se interessado pelos problemas da humanidade, que tem acompanhado a política internacional desde os dias da mocidade, para que o Brasil não pratique o erro — já que praticou o erro da linha aérea — que não pratique o erro da implantação dessa agência do Banco do Brasil.

A VARIG tem uma linha aérea para a África do Sul. Por que? Porque desde que o Brasil consentiu na linha para a África do Sul, a companhia pediu a reciprocidade, que é característica de todas as convenções internacionais em aviação. A iniciativa não foi da VARIG; foi da companhia sul-africana.

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Ex.<sup>a</sup> deve-se esforçar para ver se recruta, pelo menos, uma voz favorável à sua tese. V. Ex.<sup>a</sup> está escoteiramente nesse microfone.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Posso não recrutar a opinião dos nobres colegas, mas acredito que o povo brasileiro me acompanha na repulsa a essa república que instituiu a escravidão e a mantém e sobre a qual não pode pairar o pavilhão de uma pátria que se orgulha de haver riscado da sua história a escravidão e pune aqueles que fazem discriminação de cor em toda atividade.

**O Sr. Arnon de Mello** — Nobre Senador, apenas um minuto. A insta-

lação do Banco do Brasil em Pretória...

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Que ainda não foi feita.

**O Sr. Arnon de Mello** — ... se se fizer, será pelo nosso interesse, e não pelo interesse da África do Sul. O pavilhão brasileiro já lá está, na Legação que mantemos em Pretória. Isso não quer dizer, nobre Senador, que o Brasil apóie a política do *apartheid*. O Brasil, que é uma democracia racial, não poderia apoiar o racismo. V. Ex.<sup>a</sup> tem todo o Congresso Nacional ao seu lado, para condenar o *apartheid*. Mas não podemos deixar de considerar os interesses comerciais do Brasil, especialmente se mantemos relações diplomáticas com a África do Sul.

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Ex.<sup>a</sup> quer me permitir? Serei rápido porque estou notando que a extensão dos apares está-se tornando maior do que a dimensão do texto do seu discurso a ser consignado nos Anais da Casa. A História não dá razão a V. Ex.<sup>a</sup>, porque na época em que lavrava a escravidão negra no Brasil nunca houve protesto no mundo, no sentido de não se instalarem aqui agências de estabelecimentos de crédito estrangeiros.

**O Sr. Arnon de Mello** — Sempre existiram.

**O Sr. Eurico Rezende** — Sempre existiram, mesmo na época da escravidão. Então, V. Ex.<sup>a</sup> tem que separar a Política da Economia. Aliás, é o que está fazendo a grande Nação do Norte: no primeiro passo, reatando as relações com a China Comunista e, no segundo passo, agora, estreitando mais ainda as relações da coexistência pacífica com a União Soviética. Então, perfilho o ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup> na área que condena aquela discriminação racial, odiosa, na África do Sul. Mas, fazer restrição à presença econômica do Brasil no mundo, não me parece boa tese.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Sr. Presidente, no fim, todos os bons católicos que aqui acabaram de me interromper com os apares, sempre muito bem recebidos, esqueceram a lição da Bíblia: "Nem só de pão vive o homem". Todos eles se preocuparam com o pão.

**O Sr. Vasconcellos Tôrres** — É porque dinheiro não tem cheiro, nem cor, Senador.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Mas, Sr. Presidente, ainda outro assunto que me traz a esta tribuna.

Eu, quando da votação da Emenda Constitucional que tornou indiretas as eleições para governadores, antecipei que nenhum daqueles que se encontravam no recinto da Câmara —, não

só Senadores, que nós já estamos proscritos pela idade: maiores de 35 anos, diz a Constituição; mas também os jovens Deputados, os de primeira legislatura, estavam afastados dos futuros Conselhos que escolheriam os novos Governadores.

Dias antes daquela reunião, o Governador Antônio Carlos Magalhães, para mim um profeta (suas declarações são sempre proféticas), quando ainda não se tinha anunciado a intenção governamental e só o nobre Senador Eurico Rezende a soubera do Ministro da Justiça, quando ainda nada se tinha divulgado, o Governador Antônio Carlos Magalhães, vindo ao Rio, anunciou a notícia.

Confesso Sr. Presidente, o fato não me surpreendeu, pois desde janeiro já o esperava não porque tivesse ouvido do Sr. Ministro da Justiça, mas, velho observador político, sempre se fixou no meu espírito que no dia em que o Governo tivesse dúvida sobre a vitória eleitoral em pleito direto, no Rio Grande do Sul, ele instituiria a eleição indireta. E, por coincidência, o ilustre Senador Tarso Dutra, voltando do Rio Grande do Sul, fez surpreendente declaração: depois de 12 anos de Governo da ARENA, era possível que o MDB elegeisse o Governador naquele Estado.

Pus a pulga na orelha, como se diz na frase popular.

Ora, o nobre Senador Tarso Dutra é sem dúvida, a maior expressão popular, política, do Rio Grande do Sul. Por que aquela declaração?

Dias depois, o nobre Deputado Clóvis Stenzel deu declaração no mesmo sentido.

Então, comecei a temer pelas eleições diretas. Na segunda quinzena de março, quando o Governador Antônio Carlos Magalhães foi ao Rio, depois veio à Brasília, e antes de retornar a seu Estado, emitiu declarações idênticas, então não tive mais dúvidas de que, mais cedo ou mais tarde, mais cedo do que tarde, teríamos eleições indiretas. Ao referir-me ao assunto no Congresso, acentuei que a hora não era mais dos políticos. Louvo os esforços do nobre Senador Filinto Müller, louvo os esforços dos nobres Membros da ARENA e, no que me couber, ajudarei nesse esforço. Mas falo apenas como um observador político e aqui estão os fatos. Volta o Sr. Antônio Carlos Magalhães ao Rio de Janeiro e presta outras declarações, que são a confirmação do que eu antecipei. Diz o Sr. Antônio Carlos Magalhães, e está no *O Globo*, de hoje, aliás em todos os jornais do Rio de Janeiro:

"Tratando de assuntos administrativos na Guanabara, o Chefe do Executivo baiano alinhou alguns

aspectos primordiais, no seu entender, relativamente à nova classe de políticos que está surgindo no País."

A nova classe de políticos. Todos nós estamos excluídos dela.

"De início, reconhece que ainda não apareceu nenhum líder realmente popular, após o advento da Revolução, mas isso se considera do âmbito nacional."

Ora, Sr. Presidente, é a primeira crítica à Revolução feita por um ilustre revolucionário. Oito anos depois, a Revolução não criou um líder. É de admirar.

Continua o Governador baiano:

"Em termos regionais, admite o surgimento de alguns líderes, forjados na área administrativa" — nada de políticos, nada de legisladores — e que poderão, com o tempo, ganhar experiência dos problemas políticos e da condução dos destinos de um governo estadual."

Ora, vejam V. Ex.<sup>as</sup>, que perfeição!

"Libertando-se paulatinamente da visão meramente técnica que possam ter, no momento, a respeito dos problemas globais da administração pública, tais personalidades poderão transformar-se em bons políticos, a médio prazo."

E mais adiante:

"Entende Antônio Carlos Magalhães que na atualidade são diferentes os caminhos para a formação de um líder popular: se no passado eles surgiam gradualmente, passando sucessivamente por quase todos os cargos eletivos, de vereador a governador, hoje em dia prescindem dessa base política, e se destacam a partir de um bom desempenho em algum cargo administrativo. Daí a utilidade dessa espécie de consultoria que, acredito, poderiam os líderes tradicionais" — vejam V. Ex.<sup>as</sup>, os líderes tradicionais — "prestarem a essa nova classe em ascensão" — são V. Ex.<sup>as</sup> os assessores políticos dessa nova classe em ascensão — "que, evidentemente, carece de uma visão mais aprofundada para os problemas políticos. O Governador da Bahia acha que todos os líderes tradicionais devem comprometer-se nesse trabalho de orientação, "com o que seria grandemente enriquecido o sistema político brasileiro posterior a Revolução de 1964."

Ai está, Sr. Presidente, porque gosto sempre de ler o Sr. Antônio Carlos Magalhães, S. Ex.<sup>a</sup> sempre diz o que vai acontecer. Agora, com dois anos de antecedência, anuncia o que irá



sucedem em 1974. E no **Jornal do Brasil** há referências até aos que possuem experiência administrativa, a Secretários de Estado:

"Alguns secretários de Estado, ministros e outros altos funcionários, têm se destacado como líderes. Mas, necessitam de uma sustentação política, daí a necessidade e importância dos líderes autênticos em orientar a juventude que surge dos quadros administrativos, e os técnicos que estão surgindo como verdadeiros líderes."

**O Sr. Saldanha Derzi** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Com todo prazer.

**O Sr. Saldanha Derzi** — Gostaria de ouvir a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> sobre a entrevista do eminente Governador da Bahia e o que poderá advir de tudo isso. Qual a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> quanto ao equilíbrio emocional do Governador da Bahia, tão admirado pelo nobre Colega?

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Tenho boas relações pessoais com o ilustre Governador da Bahia, Sr. Antônio Carlos Magalhães. Ainda que não as tivesse, não ocuparia esta tribuna para fazer referências desalrosas a nenhum homem público do Brasil. Acredito, Sr. Presidente, somos tão poucos na República que ainda lutamos pela preservação da classe política, que não é nosso dever ocupar a tribuna para retaliações ou críticas a qualquer dos nossos Companheiros.

**O Sr. Eurico Rezende** — Nem sequer o nobre Senador Saldanha Derzi insinuou...

**O Sr. Saldanha Derzi** — Absolutamente, não insinuai. V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Nelson Carneiro, está levando para outro campo. Sou admirador do Governador da Bahia. Desejo ouvir a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> O que poderá advir? V. Ex.<sup>a</sup>, que é um vidente, o que acha disto? Qual a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> sobre o estado emocional do Governador da Bahia?

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Subcrevo a opinião que a respeito do Governador Antônio Carlos Magalhães fez o nobre Senador Saldanha Derzi. É a mesma opinião.

Sr. Presidente, com esta intervenção não quero fazer restrições ao nobre Governador Antônio Carlos Magalhães, nem nenhuma crítica a qualquer dos Colegas. Apenas recordar que, no dia da votação da emenda que instituiu o regime de eleições indiretas para a escolha de governadores, e Vice-Governadores, no encaminhamento da votação, ao me dirigir aos que estavam do lado de fora, não era uma

boutade — era uma previsão, porque os futuros governadores aqui não estão! São aqueles, não os que, como nós, fizeram toda a carreira política. Não! Esses estão proscritos. Hoje, há de começar-se como técnico, como secretário de Estado, para conquistar as posições. O Sr. Antônio Carlos Magalhães disse isto no dia 23 de maio de 1972. É preciso guardar, porque, daqui a dois anos, em outro 23 de maio, estarão escolhidos os governadores. Então, iremos conferir se o Governador da Bahia foi ou não profeta.

Sr. Presidente, ao encerrar estas considerações, para atender a V. Ex.<sup>a</sup>, não posso esquecer que a 23 de maio de 1932 — quarenta anos transcorridos — quatro moços, que acabaram formando uma sigla MMDC — convocaram a Nação, com o seu sacrifício, para a retomada constitucional. A história da Revolução de São Paulo nasceu ali, a história da reconstitucionalização do Brasil nasceu ali. Ao encerrar essas considerações, Sr. Presidente, eu me curvo reverente, diante da memória daqueles quatro moços que escreveram com seu sangue o início de uma grande página da História Política do Brasil. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

**O SR. VIRGÍLIO TAVORA** — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, abordando desta tribuna, em segundo pronunciamento, a realização da CACTAL — Conferência especializada sobre a aplicação da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento da América Latina — ao lado de enaltecer a ação da delegação brasileira, quando analisamos o discurso do seu dirigente, Sr. Ministro Reis Velloso, e seus efeitos sobre as decisões que aquele Conclave tomara, apresentamos, em rápida síntese, uma parte do chamado Consenso de Brasília, qual seja: "Definições programáticas da aplicação da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento da América Latina". Ao mesmo tempo, procurávamos dar ênfase que, dentro deste continente sul, a situação do Brasil se apresentava impar.

Hoje, em continuação, procuraremos apreciar, no citado documento, a sua "Declaração de Princípios". As bases para uma Estratégia de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da América Latina" e, antes, examinar a solução que, por feliz coincidência, por ocasião do conclave, foi dada pelo Brasil ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, não com a criação de um novo Ministério, mas com a inteligente conjugação de atividades do Minis-

tério do Planejamento e do Conselho Nacional de Pesquisas.

Talvez, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o decreto-lei assinado por S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República, quando da inauguração daquele certame, seja um dos que vão marcar realmente não só a sua administração como também as condicionantes do nosso desenvolvimento futuro.

A fórmula hábil, verdadeiramente inteligente, com que se procurou fugir à criação de um novo Ministério, a fim de não esbarrar nos óbices que nações mais adiantadas, países em outro grau de desenvolvimento sofrem, é realmente de encher de orgulho o brasileiro.

Com o nome que eles tenham dado, Ministério de Desenvolvimento, Ministério de Comunicação e Ciência Desenvolvimentista, Ministério da Ciência, em todas essas nações, o órgão sempre sofreu o embate, seja daqueles ministérios eminentemente econômicos, seja do Ministério da Educação, seja dos ministérios da infraestrutura física, máxime o de Minas e Energia.

Ladeando todas essas questões a atual administração brasileira, criando o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, atribuindo-lhe todas as missões dentro das áreas, seja de agricultura, seja de educação, seja de saúde, seja da técnica pura, criou, ao mesmo tempo, aquelas condições para que o Conselho Nacional de Pesquisas como órgão de execução e de planejamento científico e o Ministério de Planejamento, como aquele de planejamento global e alocador de recursos, pudessem enfrentar esse problema que aflige todas as nações subdesenvolvidas.

Vem este diploma para o Congresso Nacional. Neste momento procuraremos então respingar-lhes alguns aspectos. Mas desde já desejamos, Sr. Presidente, no curto espaço de tempo que temos, antes de encerrar este assunto, dizer que realmente entramos no caminho certo.

Prometemos, há pouco, Sr. Presidente, abordar dois outros aspectos, dois outros grandes capítulos desse documento que já citamos serem básicos para o desenvolvimento continental: a Declaração de Princípios; e, se tempo tivermos, "Bases para uma Estratégia de Desenvolvimento".

Que dizem as nações sul-americanas ao exprimir as suas aspirações? **"Declaração de princípios"**

1. Os Estados Membros da Organização dos Estados Americanos representados na CACTAL reafirmam nesta ocasião, como princípios orientadores dos trabalhos da Conferência e das atividades específicas que da mesma decor-

ram, as normas econômicas, sociais, educacionais, científicas e culturais constantes da Carta da Organização.

2. Os Estados Membros, inspirados nos princípios de solidariedade e cooperação interamericanas e levando em conta especialmente os artigos 29 a 50 da Carta, reiteram, na CACTAL, o desejo de conjugar seus esforços no sentido de conseguir que impere no Continente a justiça social e de que seus povos consigam um desenvolvimento integral, dinâmico e harmônico. Ratificam, outrossim, seu compromisso de mobilizar seus próprios recursos nacionais, humanos e materiais, como condição fundamental para seu progresso econômico e social."

E aqui nos reportamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a uma daquelas premissas estabelecidas no discurso do Chefe da delegação brasileira: o compromisso dos Estados-Membros de, isoladamente ou em conjunto, como condição fundamental de desenvolvimento técnico e científico, mobilizarem aqueles recursos destinados a aquele fim em caráter prioritário.

3. "Os Estados-Membros reafirmam, como condição essencial para o pleno exercício da soberania nacional, sem prejuízo da cooperação regional, a necessidade de fortalecer a capacidade de decisão própria no que respeita à criação e à adoção da ciência e da tecnologia que o desenvolvimento dos seus povos exige.

4. Os Estados Membros, de acordo com disposto no art. 40 da Carta, reconhecem que a integração dos países da América Latina é um dos objetivos do Sistema Interamericano e, por conseguinte, reafirmam, na CACTAL, o compromisso de orientar seus esforços e de adotar as necessárias medidas, no campo da ciência e da tecnologia, para a consecução de seu objetivo no mais curto prazo.

5. Os Estados Membros, a fim de assegurar o bem-estar dos seus povos e de acordo com o disposto no art. 36 da Carta, resolvem, na CACTAL, tomar as necessárias medidas específicas no sentido de distribuir os benefícios da ciência e da tecnologia entre eles próprios, ao mesmo tempo que promover o intercâmbio e o aproveitamento dos conhecimentos científicos e técnicos.

6. Os Estados-Membros reconhecem que a ciência e a tecnologia têm por função primordial na América Latina contribuir para o desenvolvimento integral e para o bem-estar do homem."

Srs. Senadores, comparemos o que está estatuído neste documento com

aquilo que foi objeto do discurso atrás citado e das proposições apresentadas pela Delegação Brasileira. Veremos que o embasamento deste documento se encontra justamente nos dois pronunciamentos citados. Mas, não fica só aí. Nas bases para uma estratégia científica e tecnológica na América Latina, parte mais importante do Consenso, de Brasília que há dias vimos apreciando, encontramos ainda a afirmativa mais certa, mais exata, de que o Brasil realmente já sabe o lugar que lhe compete dentro do continente sul-americano.

Que diz este capítulo?

1. "A aplicação sistemática e contínua da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento integral da América Latina, nos âmbitos nacional e multinacional, requer dos países a definição de uma estratégia global de desenvolvimento.

Essa definição deverá levar em conta que as políticas relacionadas com a ciência e a tecnologia devem adaptar-se aos objetivos permanentes da aludida estratégia, no que respeita a crescimento econômico, justiça social e a reafirmação cultural.

2. A preocupação de alcançar a justiça social deve traduzir-se na adequada implementação, em cada país, de uma política de desenvolvimento que assegure que seu componente técnico-científico contribua eficazmente para a consecução do pleno emprego e do aproveitamento integral dos recursos humanos existentes.

3. É direito e dever dos Estados definir soberanamente os grandes objetivos de seu desenvolvimento integral. A formulação de políticas e planos globais nacionais constituem o marco de referência do esforço científico e tecnológico que o progresso acelerado dos povos da América Latina exige. Por conseguinte, é urgente projetar, determinar e aplicar políticas nacionais de ciência e tecnologia, bem como relacioná-las estreitamente com as políticas de desenvolvimento econômico e social. Os organismos responsáveis pelas políticas de ciência e tecnologia devem situar-se em alto nível na estrutura política e administrativa dos Estados, a fim de que participem de modo real nas decisões que, direta ou indiretamente, os prejudicam as referidas políticas.

4. Dentro de uma estratégia global de desenvolvimento científico e tecnológico deve-se procurar a vinculação e a coordenação contínuas das atividades pertinentes do setor governamental, do setor privado, do setor financeiro e da

comunidade científica e tecnológica."

Sr. Presidente, não queremos abusar da paciência de V. Ex.<sup>a</sup>, mas queremos recordar que isso foi um dos pontos básicos do discurso, ontem, tratado aqui.

"Entre os objetivos de uma estratégia orgânica e integrada deve incluir-se a redução do atraso e da dependência com relação aos países desenvolvidos no que tange à tecnologia e o progresso no sentido da criação de tecnologia própria, ponto também de honra da proposição brasileira.

6. É necessário que os países da América Latina fortaleçam e reorientem seus sistemas científico-tecnológicos nacionais, a fim de que possam absorver, adaptar e criar tecnologias. Isso exige a ampliação de pesquisa aplicada e a realização da pesquisa básica, que serve e servirá de insumo às mesmas.

7. Ao cumprir o objetivo estratégico de modernização tecnológica, os países da América Latina deverão orientar suas respectivas políticas nacionais de desenvolvimento no sentido do maior aproveitamento possível das economias de escala e do fortalecimento dos sistemas nacionais de produção, mediante o aperfeiçoamento da capacidade tecnológica e de administração das empresas. Outro ponto do discurso do nosso representante.

8. Os recursos internos devem ser, de modo geral, a principal fonte de financiamento dos esforços nacionais para o desenvolvimento dos sistemas de ciência e tecnologia dos países da América Latina. As políticas de implementação — fiscais, monetárias, comerciais, etc. — da estratégia do desenvolvimento devem ter por objetivos principais, a capacidade de destinar recursos adequados, a fim de elevar o montante dos que se destinam a atividades científico-tecnológicas, assegurando-lhes estabilidade, continuidade e eficiência na sua consecução.

9. A assistência externa deve ser complemento do esforço nacional, ser orientada, no País, de acordo com os programas integrados, no sentido de seu planejamento científico-tecnológico e responder às suas principais necessidades."

O tempo urge. A bondade de V. Ex.<sup>a</sup> foi grande, Sr. Presidente. Não iremos mais dela abusar, pelo menos neste momento. Mas, apenas, com a leitura que fizemos, aqui, de tópicos desse Consenso de Brasília, pedimos a



atenção dos Srs. Senadores para a importância do documento, para a importância dos compromissos que com as demais nações assumimos, e a responsabilidade imensa que temos de, em sendo o Brasil o país que deu a contribuição maior para esse documento, não cair o mesmo no vazio, ou se restrinja apenas a um repertório de boas intenções, mas que seja, sim, o instrumento do desenvolvimento científico e tecnológico continental o instrumento necessário para diminuir o gap que separa a América Latina dos países desenvolvidos.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

Comparecem mais os Srs. Senadores:

José Guimard — José Esteves — Milton Trindade — Clodomir Milet — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Domício Gondim — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Antônio Fernandes — Amaral Peixoto — Danton Jobim — Gustavo Capanema — José Augusto — Osires Teixeira — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Antônio Carlos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

#### PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 16, de 1972

**Estabelece normas para o exercício de profissionais de nível superior, formados por escolas oficiais, nos 2 (dois) primeiros anos após a formatura.**

Art. 1.º Os registros definitivos de profissionais de nível superior, formados em escolas oficiais, serão concedidos na forma do que estabelece esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se prioritárias, para o cumprimento desta Lei, as profissões de Agrônomo, Farmacêutico, Médico, Odontólogo e Veterinário.

Art. 2.º Os profissionais mencionados no art. 1.º exercerão a profissão em municípios ou regiões geoeconômicas, onde haja carência dos mesmos, pelo prazo de dois anos, a título de estágio.

§ 1.º O Poder Executivo determinará os municípios ou regiões geoeconômicas carentes de profissionais.

§ 2.º Os Conselhos Regionais de órgãos similares expedirão um registro provisório aos diplomados, para que estes exerçam sua profissão de acordo com o estabelecido nesta Lei.

§ 3.º Findo este período, será expedido o registro definitivo, que dará

direito aos profissionais seu livre exercício em qualquer localidade de sua escolha.

Art. 3.º O Poder Executivo considerará de absoluta prioridade os financiamentos requeridos aos órgãos públicos pelos profissionais de nível superior, enquadrados no Art. 2.º desta Lei, para aquisição de equipamentos, instalação, aquisição de casa própria e de transporte próprio.

Art. 4.º O Poder Executivo baixará decreto regulamentando esta Lei no prazo de 90 dias, especificando as áreas consideradas de prioridade para as diferentes profissões, tendo como base a carência existente, dando preferência ao estatuido no Parágrafo único do Art. 1.º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Justificativa

O Projeto que ora apresentamos destina-se a cobrir uma das maiores lacunas de nosso *hinterland*: a falta de assistência ao homem do interior.

Muito se tem falado e escrito a respeito. Mas, de concreto, nihil.

Fizemos alguns levantamentos sobre a distribuição de técnicos de nível superior no País.

A grosso modo, percebemos a enorme distorção existente no Brasil, no que diz respeito à distribuição dos profissionais de nível superior.

Se por um lado existe uma grande concentração dos profissionais nas Capitais das Unidades, do outro vamos constatar que nos Estados da Guanabara, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, dos 47.250 médicos, ali estão 30.746; dos 26.611 cirurgiões-dentistas, 17.600; dos 14.026 farmacêuticos, 9.323; dos 10.480 agrônomos, 6.270; e dos 2.960 veterinários, 1.622 estão localizados nas citadas 4 Unidades. Revela-se ainda a Guanabara isoladamente com 13.053 médicos, 3.458 dentistas, 1.674 farmacêuticos, 62 veterinários e, por incrível que pareça, a menor Unidade, praticamente sem nenhuma área agricultável, concentra 1.184 agrônomos, o que corresponde ter a Guanabara sozinha mais agrônomos que a Amazônia legal, o Centro-Oeste incluso Brasília, Estado do Rio. Piauí, Sergipe, Espírito Santo, somados.

Outro fato, que é sem dúvida uma agressão aos brios do povo brasileiro, é que a Cidade do Rio de Janeiro possui mais médicos, excetuando-se o Rio Grande do Sul, do que todas as cidades do interior brasileiro somadas.

A Guanabara, seja pelo alto poder aquisitivo da sua população, ou pelas suas belas praias, conta com 1 dentista para 1.168 habitantes, 1 (um) médico para 308 habitantes e 1 (um)

farmacêutico para 2.408 habitantes, enquanto o Maranhão conta com 1 (um) dentista para 2.129 habitantes na Capital e 1 (um) para 49.359 no interior, 1 (um) médico para 1.637 habitantes na Capital e 1 (um) para 41.355 habitantes no interior.

O desequilíbrio entre a assistência médico-dentária e farmacêutica dada ao habitante das metrópoles e a que tem aqueles que povoam e desbravam o interior, torna-se, muitas vezes, desconcertante.

Vejamos no caso dos médicos, por exemplo:

No Amazonas, em Manaus 1 (um) médico para 1.892 habitantes e no interior 1 (um) médico para 37.643 habitantes. Em Belém, um médico para 882 habitantes e no interior do Pará 1 (um) para 21.487 habitantes. A Capital paulista com 1 (um) médico para 1.054 habitantes, e no interior do poderoso São Paulo 1 (um) médico para 2.086 habitantes.

Para desmentir a tese do poder aquisitivo, da capacidade de comprar e pagar serviços, e demonstrar, patente a influência que o conforto e as praias exercem no "patriotismo" de certos médicos, aí está o Estado do Rio de Janeiro com 1 (um) médico para 2.539 habitantes do interior, e tendo na bela Niterói 1 (um) médico para 246 habitantes. Logo em seguida, Recife com 1 (um) médico para 450 habitantes, enquanto no interior pernambucano temos 1 (um) médico para 7.524 habitantes, e assim por diante.

Esta justificativa que fazemos do propósito de interiorizar técnicos de nível superior para as regiões mais carentes dos mesmos, levou-nos, também, a buscar alguns dados sobre a nossa agropecuária.

Temos, no Brasil, 10.480 agrônomos para 3.985.944 propriedades rurais tributadas pelo INCRA, além de contribuir sob outras formas de tributos para o erário, tanto tem se prestado ao soerguimento do País. A iniquidade é mais que gritante!

A Guanabara tem 1 agrônomo para cada 3 propriedades cadastradas, enquanto Goiás, por exemplo, com toda a sua imensidão territorial e grande produção agropastoril, tem 1 para 810 propriedades.

Para uma apropriação exata das necessidades de veterinários em cada Estado ou Território, fizemos um levantamento da população animal, abrangendo os principais criatórios.

Segundo o IBGE, a população (civiles) para veterinários é de ..... 505.598.000, cujo desfrute para a economia está muito aquém do possível, face a generosidade de Deus, que nos dotou de raríssimas condições ecológicas para uma pecuária altamente rentável.

Mas, aí também a distorção ressalta.

Nesse estudo comparece Brasília com um índice extraordinariamente favorável, seguida da Guanabara, Pernambuco e Estado do Rio.

Os motivos dos altos índices no antigo Distrito Federal e Estado do Rio são:

a) Presença ponderável do pessoal do Ministério da Agricultura ainda não transferido para Brasília;

b) abandono da profissão, em virtude da má remuneração que sempre foi dada ao agrônomo e ao veterinário;

c) absurda localização da Universidade Rural naquela região, o que propicia a diplomação àqueles que nada mais querem além do título de doutores.

Já em Brasília, o representante número de veterinários se deve não só ao empenho do Governo do Distrito Federal em apoiar a agropecuária, como também à atividade do Ministério da Agricultura.

Finalmente, temos Pernambuco com um número relativamente bom. Isto se deve à presença da SUDENE em seu território e à adequada localização da Universidade Rural Federal.

Nas profissões que entendemos básicas para o desenvolvimento e integração nacional, verificamos um elevado índice de profissionais que, apesar da carência gigantesca existente no País, não exercem a profissão.

Não constatamos tratarem-se de aposentados, e sim de profissionais que simplesmente não exercem a atividade que tanto custou ao contribuinte nacional.

Verifica-se um desvio de atividade ou abandono da profissão bastante acentuado na área da saúde, além da má distribuição pelo território nacional, já aludida, em que pesem ser a área mais bem remunerada dos profissionais de nível superior.

De outro lado, fica extrema de dúvidas que somos realmente o país dos paradoxos, isto é, uma economia totalmente embasada na agropecuária, fonte de 3/4 das nossas divisas de exportações e, no entanto, além do mais que irrisório número de agrônomos e veterinários existentes no país, é exatamente nesta área do nível superior que constata-se o maior abandono da profissão, ou seja, 16% para os veterinários e 14,5% para os agrônomos.

O esforço governamental tem sido enorme, e isto, nem mesmo os mais ferrenhos opositores tentam negar, mas, a nefasta herança recebida em 1964, também foi enorme. A esta somaram-se:

I — a pressão do crescimento demográfico;

II — a pressão que está a possuir a consciência nacional em busca do desenvolvimento.

Em função desses dois fatores, urge medidas realmente revolucionárias para a solução do problema que vimos examinando.

Aqui está um dado bastante animador, que, se cotejado com os resultados obtidos anteriormente a 1964, demonstrará o quão positiva tem sido a orientação adotada, embora não baste para exaurir a problemática, como estamos demonstrando.

Vejam os crescimento das matrículas nos anos de 1967, 68 e 69, nos cursos que analisamos, em todas as escolas superiores existentes no Brasil.

O aumento percentual foi apreciável nos últimos anos, ou seja, de 1967 a 1970, ressumando, porém, mais uma vez, o desinteresse pela agronomia e veterinária: na primeira o aumento foi somente de 22,5%, e em veterinária 23%, enquanto em medicina o aumento foi de 59%, engenharia com um acréscimo de 45% e, finalmente, a odontologia com 27% de aumento.

Ao mesmo tempo, consideramos dado positivo o aumento nas conclusões de cursos nos anos de 1967, 68 e 69.

Verifica-se que em 1967 foram diplomados 1.066 agrônomos e, em 1969, um aumento de cerca de 50%, ou seja, 1.574 diplomados. Em Odontologia o aumento foi de 20%, isto é, de 1.436 em 1967 para 1.717 em 1969.

Paradoxalmente, São Paulo, o Estado mais industrializado do País, parece ser o único que leva a sério a agropecuária, senão, vejamos: em 1967 concluíram o curso 197 agrônomos; em 1969 foram 470 os concluintes de agronomia, o que corresponde a um aumento de 150% em 2 anos, e na área dos veterinários, o aumento foi de 120% de 1967 para 1969.

Se tomarmos Goiás — obviamente uma economia totalmente agrária — como figura, vamos verificar 38 conclusões em 1967 para 45 conclusões de agronomia em 1969, vale dizer, menos de 20% de aumento; e uma regressão de 20% em veterinária, quando diplomou 25 em 1967 e em 1969 somente 20, constatando-se que em 1969 ou 1970 foi necessária a realização de 2 vestibulares para que se completasse uma turma suficiente para funcionar o 1.º ano de agronomia. Saliente-se que Goiás, além de sua grande produção agrícola, conta com o 5.º rebanho animal do País, 34.231.000 cabeças.

O preconceito, que hipócrita e desgraçadamente se tem sustentado no Brasil contra as atividades rurais, fez com que, em 1969, quando contávamos com mais de 230 mil profissionais de nível superior no País, menos de 13 mil pertenciam à agropecuária, a

principal fonte de riquezas de nossa pátria. E o mais grave é que pouco ou quase nada temos conseguido para corrigir tamanha iniquidade.

Segundo publicação do MEC/Fundação Getúlio Vargas, tínhamos no Brasil, em 1969:

1.895 municípios (48,2% do total) sem um só médico;

1.454 municípios (36,9% do total) sem um só dentista;

1.874 municípios (47,5% do total) sem um só farmacêutico;

2.725 municípios (70,4% do total) sem um só agrônomo;

3.287 municípios (83,6% do total) sem um só veterinário.

Voltamos a nossa atenção especificamente para o problema do número e localização dos médicos, por ser esta a profissão de mais necessária e urgente presença no interior, vamos verificar que a solução realmente não é fácil, mesmo com o extraordinário crescimento verificado nos matrículas nos últimos anos.

No trabalho elaborado pelo Dr. Rubens Porto, destaca-se uma projeção realmente interessante sobre o assunto.

Diz o referido trabalho, à pág. 91 e seguintes:

#### "OS MÉDICOS NO BRASIL"

1 — De acordo com os dados que obtivemos, possuía o Brasil um número total de médicos igual a 47.250.

Comparado esse valor ao da população estimada pelo IBGE, teremos, como já vimos, uma proporção de 1 médico para 1.810 habitantes.

2 — Será interessante comparar esse valor ao que o "STATISTICAL YEARBOOK", de 1966, das Nações Unidas, fornece para outros países do mundo.

Temos, assim, segundo a fonte citada:

	médico	hab.
Israel:	1 p/	420
Alemanha Ocidental:	1 p/	450
Austria:	1 p/	560
Hungria:	1 p/	560
Checoslováquia:	1 p/	560
Bulgária:	1 p/	610
Itália:	1 p/	610
Argentina:	1 p/	670
Estados Unidos:	1 p/	700
França:	1 p/	910
Uruguai:	1 p/	970
Venezuela:	1 p/	1.300

Vê-se, aliás, que não são sempre os países mais ricos os que possuem

número menor de habitantes para cada médico (o que corresponde, é claro, a um número maior relativo de médicos para serviço da massa populacional).

Deve-se isso:

2.1 — ao fato de neles ser mais concentrada a população, o que permite ao médico atender a um número maior de clientes;

2.2 — ao fato de disporem de maiores recursos (hospitais, de ambulatórios, de enfermagem, de transportes etc.), que facilitam a tarefa de atendimento aos doentes.

3 — Admitindo, de acordo com os números citados e as observações feitas (pequena densidade da população brasileira; e falta de recursos para os médicos) que em nosso País seja necessário 1 médico para cada 1.000 habitantes, concluiríamos que, para a sua população, estimada em números redondos, para 1967, em cerca de 86 milhões de habitantes, seriam necessários 86.000 médicos.

Como o número existente era, segundo vimos, de cerca de 47.000, conclui-se que o déficit médico brasileiro é da ordem de 39 mil profissionais, ou seja, mais de 45%.

4 — Para fazer uma idéia aproximada do que isso significa e do que isso exige para ser sanado, poderíamos fazer uma simples estimativa, sem qualquer pretensão a rigor.

Podemos, aliás, observar, a esse respeito, que em trabalho de grande interesse sob o título **A FORMAÇÃO DE MÉDICOS**, do IBGE, o Professor JOÃO LYRA MADEIRA, incontestavelmente um dos mais acatados mestres da Estatística em nossa terra, faz, também, um cálculo, com um excelente aparelho matemático, do número de médicos que serão necessários ao nosso País nos próximos anos.

E o interessante é observar que, embora não tivéssemos conhecimento do trabalho do Dr. LYRA MADEIRA (uma vez que o nosso foi iniciado em julho de 1968 e o dele só nos chegou às mãos em fevereiro de 1969), as metas escolhidas por ele e por nós coincidem no valor desejado de 1.000 habitantes para cada médico.

5 — Outro argumento a favor do número estimativo que adotamos, encontrámo-lo no trabalho "O PRFISIONAL DA SAÚDE DE QUE O BRASIL NECESSITA", publicado em RECURSOS NATURAIS PARA AS ATIVIDADES DA SAÚDE (Anuário da 4.ª Conferência Nacional de Saúde — agosto/setembro — 1967). Diz nele o Doutor SCORZELLI, com efeito:

"Dizer-se que o Brasil necessita de 1 médico para 1.000 habitantes é adotar uma expressão imprecisa."

6 — As judiciosas observações do Dr. SCORZELLI, relativas à pequena representatividade de um número global para todo o País, casam-se às nossas, insistindo longamente na mesma tecla.

Como, porém, tínhamos que tomar determinado valor para o número procurado, cremos que concordaríamos, nós e ele e mais o Professor LYRA MADEIRA, no valor 1.000 para essa média, mais ou menos simbólica.

7 — Poderíamos, então, e ainda na forma aproximativa a que sempre nos referimos, prever, grosso modo, que o déficit apontado (cerca de 39 mil médicos) possa ser eliminado num período estimado de 20 anos.

Isso exigirá — para a eliminação do déficit já existente — um número de formaturas da ordem de 39 mil + 20 ou sejam, perto de 2.000 formaturas por ano.

8 — Acontece, porém, que a população do País vai crescendo. Embora esse acréscimo anual seja maior cada ano, podemos estimá-lo, na prospectiva aproximada que tentamos, em 2 1/2 milhões de habitantes.

Teríamos, então, necessidade de mais 2 1/2 milhões + 1.000, ou sejam, mais cerca de 2.500 médicos a formar, anualmente.

Somando-lhes os 2.000 para cobrir o déficit, teríamos um total de cerca de 4.500 formaturas anuais necessárias.

9 — Há, contudo, a considerar ainda o número de médicos que cada ano deixam de exercer a profissão, seja por morte, seja por velhice, seja por doença, seja por mudarem de atividade.

Admitindo que para a profissão médica, com suas exigências especiais, esse desfalque anual possa ser estimado em 10%, teremos que aumentar nessa proporção (seria mesmo um pouco mais, se o caso comportasse rigor aritmético) o número que obtivemos. E chegaríamos, assim, a um total necessário da ordem de 5.000 formaturas anuais em Medicina.

Ora, segundo os dados da SINOPSE ESTATÍSTICA DO ENSINO SUPERIOR, do MEC, as formaturas em Medicina de 1955 a 1964 mantiveram-se em torno de 1.500 a 1.600 por ano.

Vê-se que, para equilibrar a situação, num prazo bastante longo (20 anos), seria preciso mais do que triplicar o nosso esforço no setor do Ensino Médico.

Devemos mais uma vez salientar que os números dados são apenas ilustrativos e não têm — nem poderiam ter numa previsão desse tipo — um valor de rigor matemático.

Assim é que imaginamos médias em período de 20 anos, num fenômeno

não estável, mas claramente evolutivo.

Cremos, contudo, que a demonstração feita atende ao objetivo a que nos propúnhamos: dar uma noção conjunta dos fatos e das necessidades."

Vejam agora qual é a situação atual no Brasil, no que diz respeito aos profissionais da Medicina, e a que distância realmente nos encontramos da solução:

Médicos existentes em 1969 ..	47.250
Médicos concluintes em 1970 (estimativa) .....	3.900
Médicos concluintes em 1971 (estimativa) .....	4.600
	55.750
Aplicando-se a taxa de 9,5% de inativos, temos .....	5.295
	50.454

Temos, pois, em números redondos, 50 mil médicos para 100 milhões de habitantes, vale dizer, um déficit de 50 mil médicos atualmente.

Para suprirmos as nossas necessidades, face ao crescimento da população (que será de 130 milhões em 1980), teremos que, a partir deste ano, duplicar o número de concluintes do curso de Medicina, ou seja, 9.200 diplomados ao ano.

Percebe-se, pois, que, para resolvermos o problema do quantitativo, vez que este é um dos muitos recebidos no pretérito, não dispomos de recursos públicos suficientes, o que sugere, então, a adoção da nossa tese: do retorno ao capital aplicado.

Por outro lado, o investimento, o desembolso imediato por parte dos que podem pagar, despertará neles a ambição de ressarcirem-se dos gastos feitos e, por consequência, irão trabalhar onde haja "compradores", clientes, deles necessitando. E os que dependerem de financiamento governamental para o curso, irão para o interior, não só por força do estatuto em lei, mas até mesmo como em busca de um mercado de trabalho menos disputado.

Concluindo, creio que o nosso propósito se enquadra perfeitamente na letra e espírito do artigo 92, caput, da Constituição, que reza:

"Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à segurança nacional, nos termos e sob as penas da lei."

Como alternativa, face à urgência da matéria ora examinada, é que apresentamos o Projeto de Lei. Nada mais é que uma reformulação do nosso antigo Projeto n.º 1.140, apresentado na Câmara dos Deputados em 1968.

Para um maior esclarecimento sobre a matéria, solicitamos a juntada do discurso por mim proferido na Sessão do dia 19 próximo passado, no qual os Senhores Senadores encontrarão mais subsídios.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1972. — Senador **Benedito Ferreira**.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — O projeto que acaba de ser lido irá às Comissões competentes.

Terminada a Hora do Expediente, passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

"Votação, em turno único, do Requerimento n.º 19, de 1972, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido em 8 de maio de 1972 pelo General-de-Exército Walter de Menezes Pais, em nome das Forças Armadas, quando das comemorações do 27.º aniversário do Dia da Vitória, no Monumento aos Mortos da 2.ª Guerra Mundial, tendo  
**PARECER FAVORÁVEL**, sob n.º 102, de 1972, da Comissão

— Diretora.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Será feita a transcrição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** —

### Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1972, de autoria da Comissão Diretora, que extingue o Cargo de Superintendente do Serviço Gráfico do Senado Federal, tendo  
**PARECER**, sob n.º 88, de 1972, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

## PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 11, DE 1972

(De iniciativa da Comissão Diretora)

**Extingue o Cargo de Superintendente do Serviço Gráfico do Senado Federal.**

O Congresso Nacional decreta

Art. 1.º É extinto o cargo isolado, de provimento efetivo, de Superintendente do Serviço Gráfico, símbolo PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** —

### Item 3:

"Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 10, de 1972 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer n.º 73, de 1972), que suspende a execução de preceitos da Constituição do Estado de Mato Grosso, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Representação n.º 826, daquele Estado."

Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 10, DE 1972

**Suspende a execução de preceitos da Constituição do Estado de Mato Grosso, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Representação n.º 826, daquele Estado.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É suspensa a execução dos seguintes preceitos da Constituição do Estado de Mato Grosso, declarados inconstitucionais em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Representação n.º 826, daquele Estado:

I — no art. 21 a cláusula "por maioria absoluta de seus membros";

II — no art. 46, a cláusula "pela maioria de seus membros";

III — o art. 21, inciso VII, alínea b;

IV — no art. 21, inciso VII, alínea c, a cláusula "assim como a desapropriá-los por interesse social, necessidade ou utilidade pública";

V — no art. 21, inciso IX, a cláusula "... e Procurador do Tribunal de Contas, membros do Conselho Estadual de Educação, dirigentes de Autarquia e empresas públicas estaduais";

VI — o art. 28, parágrafo único, n.º 2;

VII — o art. 52, § 4.º;

VIII — o art. 54, inciso V;

IX — no art. 61, parágrafo único, a cláusula "pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados e pelo Conselho Superior do Ministério Público, respectivamente";

X — o art. 63, inciso III, alínea c;

XI — no art. 63, inciso III, alínea d, a cláusula "assim como propor a disponibilidade dos magistrados, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, ou a sua remoção compulsória";

XII — o art. 63, IV, b;

XIII — no art. 63, inciso V, a cláusula "remoção ou disponibilidade";

XIV — o art. 66, inciso II, alínea b;

XV — o art. 72;

XVI — no art. 94, § 1.º, a cláusula "sem juros, nem correção Monetária";

XVII — no art. 112, parágrafo único, a cláusula "vencimento";

XVIII — no art. 121, inciso X, a cláusula "retribuição nunca inferior ao salário-mínimo regional";

XIX — o art. 136, parágrafo único;

XX — no art. 174, parágrafo único, a cláusula "mínima correspondente a meio por cento da receita de seus impostos";

XXI — o art. 195;

XXII — no art. 187, a cláusula "entrando em vigor no dia 1.º de janeiro dos anos de finais quatro e nove";

XXIII — o art. 198; e

XXIV — o art. 202.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos para esta oportunidade.

Concedo a palavra ao nobre Senador **Helvidio Nunes**.

**O SR. HELVÍDIO NUNES** — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Pre-

sidente, Srs. Senadores, começo por afirmar, mesmo porque do consenso geral, que não se pode alcançar o desenvolvimento integral sem que antes se obtenham as soluções dos problemas infra-estruturais, marcadamente relativos a energia e transportes.

Como é natural, a validade do conceito cresce de importância em países de grandes dimensões territoriais como o Brasil, nos quais, destacado o setor transportes, as vias marítimas, fluviais, ferroviárias e rodoviárias assumem decisivo papel na circulação das riquezas, como elementos indispensáveis ao crescimento econômico e social.

Em obediência à linha imprimida a este pronunciamento, ressaltando, no contexto geral da ação do Governo, responsável pelo extraordinário surto de progresso em todos os ramos de atividades, o trabalho desempenhado pelo Ministério dos Transportes, presente, hoje, em todos os recantos da Pátria.

Com efeito, ampliou-se, sobretudo pela substituição dos navios afretados por nacionais, a participação da bandeira brasileira na navegação de longo curso; consolidou-se a indústria naval, quer mediante a concessão de incentivos às encomendas aos estaleiros nacionais, quer através de medidas destinadas à redução do custo de construção; recuperou-se e aumentou-se a navegação de cabotagem; desenvolveu-se o transporte hidroviário interior; reduziram-se, gradualmente, os déficits operacionais das Sociedades que exploram a navegação, e foi aprovado o Programa de Construção Naval para o período de 1971/1975, "em que se pretende construir um total de 1.600.000 TPB, prevendo-se a construção de cerca de 162 embarcações", e introduziram-se no sistema de exploração portuária substanciais modificações, com a modernização e especialização dessa atividade, substituição de equipamentos e racionalização dos serviços, sem falar "no melhoramento das condições de navegabilidade de diferentes cursos de água, inclusive com a construção de barragens eclusadas", assim também da realização de estudos e projetos e da execução e melhoramentos de obras portuárias do mais elevado alcance.

No que respeita à política ferroviária, urge a recuperação dessa importante atividade setorial, "através da eliminação gradativa de uma série enorme de defeitos acumulados ao longo do tempo, decorrentes de fatores conjunturais os mais diversos". E os resultados, a curto e médio prazos, aí estão, com aproximadamente 1.000 quilômetros de novos trechos abertos ao tráfego, nos dois últimos anos, e o considerável aumento da produtividade.

É bem verdade que, no conjunto das providências objetivando a restauração do prestígio dos transportes ferroviários, a orientação adotada persegue a erradicação dos ramais considerados antieconômicos, com danos, às vezes, à débil economia nordestina. É que a visualização unilateral, subordinativa do êxito do empreendimento à imediata rentabilidade, desserve às regiões mais pobres e atrasadas. O reparo, entretanto, não poderia, como não pode, invalidar o grande esforço realizado nesse setor.

Relativamente à política rodoviária nacional, vale afirmar que, a partir de 1964, o planejamento de transportes objetivou a "desobstrução dos pontos de estrangulamento que entravam o desenvolvimento das diversas regiões".

De fato, concluído, em 1970, o 1.º Plano Trienal de Investimentos (1968/70), com a implantação de 5.605 quilômetros de novas rodovias federais e a pavimentação de 6.819 quilômetros, no total de 12.424 quilômetros, multiplicaram-se em 1971, e seguem igual ritmo em 1972, as obras rodoviárias em todo o País.

O Norte, ao lado dos efeitos multiplicadores da Cuiabá—Santarém e da Belém—Brasília, recebe a rodovia Transamazônica, intimamente conectada ao sistema fluvial da região e à trama rodoviária do Nordeste.

De outra parte, dispensável qualquer referência ao centro-sul, pelo tamanho, importância, significação e necessidade das obras levadas a termo pelo Ministério dos Transportes, refiro a situação do Nordeste, que a par dos efeitos, diretos e indiretos, do complexo rodoviário nacional, recebe expressivos investimentos relacionados com os estudos de viabilidade, abertura, melhoramentos, implantação e pavimentação de estradas.

Nomeio, apenas para fixar os contornos do quadro que procuro bosquejar, a ligação asfáltica de todas as capitais nordestinas, em acelerada fase de conclusão, bem assim das rodovias que constituem a espinha dorsal dos respectivos sistemas viários estaduais.

Não chego a afirmar, pois que seria, além de irreal, impoedorável exagero, que aquela região está razoavelmente suprida no setor rodoviário. Não. Ainda há que fazer muito. Mas é preciso não esquecer, e proclamar, que a solução completa do problema guarda indissolúvel dependência com o volume de disponibilidades financeiras de quem cabe efetivá-la. E o elenco das realizações, concluídas e em fase de execução, ou projetadas a curto e médio prazos, levam à conclusão de que expressivo é o acervo já conquistado.

Evidente que, ao lado da patriótica e salutar obra administrativa do Ministério dos Transportes, paralela-

mente os Governos estaduais e municipais, com recursos próprios ou delegados, desenvolvem relevante papel no trabalho de complementação dos respectivos sistemas rodoviários, algumas vezes até com inequívoco caráter de antecipação.

Da ação conjunta verificada nas três esferas da administração decorrem substanciais vantagens, frutos do trabalho coordenado, do esforço de integração, sobretudo da continuidade administrativa, que tem indelevelmente assinalado os governos revolucionários.

Na paisagem do Nordeste o Piauí, no setor enfocado, não foge à regra geral.

E se o Presidente Castello Branco é o responsável maior pela edificação da barragem de Boa Esperança, pois que a tornou irreversível, também é de justiça salientar que as administrações que se lhe seguiram vêm empreendendo incomum esforço para dotar o Piauí de estradas que, integradas à malha nacional, impulsionem a aceleração do seu processo de desenvolvimento.

Consoante o Plano Nacional de Viação, além da ligação Picos—Petrobrás, expressa pela Br-407, as transversais 222, 230 e 235, as diagonais 316 e 343, a longitudinal 135 e a radial 020 servem ao Piauí, sem falar na Transamazônica, uma das obras do século.

Cada uma dessas rodovias, pelas conexões que estabelecem, pela importância das áreas a que atendem, e até mesmo pela complementação ou comunhão de trechos, merecem referência especial.

Na oportunidade, todavia, desejo eleger a rodovia Fortaleza—Brasília como objeto central de preocupações na tarde de hoje.

O Sr. José Sarney — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. HELVÍDIO NUNES — Com muito prazer!

O Sr. José Sarney — Senador Helvídio Nunes, realmente V. Ex.<sup>a</sup> faz injustiça ao excepcional programa no setor de transportes, realizado no Nordeste, especialmente ao meio-Norte. Desejo apenas acrescentar, nas obras há pouco relacionadas por V. Ex.<sup>a</sup>, uma das mais importantes para aquela Região, que é o asfaltamento da Belém—Brasília, de repercussão imediata para aquelas populações e para a economia da Amazônia. E V. Ex.<sup>a</sup> faz muito bem, expressando justiça ao Ministério dos Transportes e ao Ministro Mário Andreazza, porque é impossível dissociar essa política, do dinamismo, do patriotismo e da capacidade de trabalho do Ministro Andreazza, presente em todos instantes,

a todas as obras rodoviárias daquela área, de que participa não só através do Ministério mas com o incentivo do seu patriotismo, do seu trabalho e do seu entusiasmo.

**O SR. HELVÍDIO NUNES** — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador José Sarney, pela contribuição valiosa que traz ao discurso que estou pronunciando neste Senado.

Um reparo apenas à fase inicial do aparte com que V. Ex.<sup>a</sup> me honra! É que entre as realizações maiores do Ministério dos Transportes, arrolei também, no meu discurso, a Rodovia Belém—Brasília. Quanto à segunda parte, agradeço as palavras que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de me dirigir, de apoio e de aplauso ao Ministério dos Transportes, com as quais concordo inteiramente, mesmo porque isso corresponde exatamente à tônica da primeira parte, do meu pronunciamento.

Sabem todos que a radial Fortaleza—Brasília corta os Estados do Ceará, Piauí, Bahia e Goiás, antes de atingir a Capital Federal. Em termos de Piauí, depois de Picos, um dos principais entroncamentos rodoviários do Nordeste, e onde faz conexão com a Transamazônica e as Br 316, 230 e 407, a Br. 020 serve diretamente aos Municípios de Simplicio Mendes, São João do Piauí e São Raimundo Nonato, que, com o primeiro nomeado, formam um dos principais complexos agrícolas do Estado.

Não está em causa, todavia, apenas a posição privilegiada, a incontestável justiça da reivindicação do Piauí, vez que a Fortaleza—Brasília interessa igualmente ao Maranhão, através da Br 316, ao Rio Grande do Norte, à Paraíba e a considerável faixa do território pernambucano.

**O Sr. Wilson Gonçalves** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HELVÍDIO NUNES** — Com muita honra, nobre Senador Wilson Gonçalves.

**O Sr. Wilson Gonçalves** — Quero associar-me ao pronunciamento que V. Ex.<sup>a</sup> vem fazendo nesta tarde, principalmente a respeito da construção da BR-020, Fortaleza—Brasília, a meu ver a rodovia mais importante para a ligação do Nordeste ao Sul do País. Quando da elaboração do Orçamento da União, ano passado, apresentei emenda, visando a atribuir recursos no sentido de que o Governo pudesse realmente atacar essa rodovia, fazendo o asfaltamento. Porque a BR-020, a meu ver e como V. Ex.<sup>a</sup> tão bem demonstra, é essencial para a economia nordestina, interessando desde a Bahia até ao Estado do Maranhão. De maneira que, no instante em que V. Ex.<sup>a</sup> focaliza com tanta oportunidade este assunto, quero manifestar meu apoio porque, na verda-

de, essa obra corresponde aos legítimos anseios do povo nordestino.

**O SR. HELVÍDIO NUNES** — Agradeço, sensibilizado, nobre Senador Wilson Gonçalves, as palavras que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de pronunciar, em apoio da tese que venho defendendo na tarde de hoje nesta Casa. E quero aproveitar a oportunidade também para dar ao Senado o testemunho do trabalho relevante, do grande esforço que V. Ex.<sup>a</sup>, um dos mais ilustres representantes do Ceará, envidou à causa da construção da BR-020, que, como bem disse V. Ex.<sup>a</sup>, interessa não apenas ao Piauí mas ao Nordeste inteiro.

Acontece, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que ainda inexistem recursos programados para a execução do trecho piauiense da rodovia Fortaleza—Brasília.

Enquanto isso ocorre, aceleram-se os trabalhos de implantação do trecho Fortaleza—fronteira do Piauí, e da pavimentação de Formosa (Goiás) a Barreiras (Bahia). E o que é sintomático, constroem-se, atualmente, a ponte sobre o rio Riachão, nas proximidades da cidade de Santo Antônio de Lisboa (Piauí), e vinte quilômetros de estrada, com início na margem direita daquele rio e em direção ao Ceará.

Em princípio, a providência merece toda sorte de aplausos. Mas ao Piauí importa a construção de todo o trecho da BR-020, e não apenas a pequena ligação que ora se processa e que conduz à interligação com as BRs-316 e 407.

Ai, precisamente, é que residem os receios dos piauienses. Na verdade, implantada, que está, e pavimentada que será, até fins de 1974, a BR-407, incluída prioritariamente no Programa Especial do Vale do São Francisco — PROVALE, é possível, pelo menos provável, justificar a procrastinação da construção do trecho piauiense da BR-020, sob a alegação da falta de recursos financeiros e da existência de uma opção para Petrolina (Pernambuco), continuada pela ligação Juazeiro (Bahia)—Feira de Santana e Paraguassu (na BR-116) a Barreiras, pois que já asfaltado o trecho da BR-242 que vai da BR-316 a Ibotirama, na margem direita do Rio São Francisco, em demanda de Brasília.

A par das ilações que se podem retirar dos fatos narrados, convém deixar explícito que a alternativa que em breve surgirá, ainda que marcada pela temporariedade, poderá significar, ao lado de enormes prejuízos, grande frustração aos Estados diretamente contemplados pela Fortaleza—Brasília, na hipótese de serem confirmadas as notícias, ainda veiculadas subrepti-

ciamente, segundo as quais estaria sendo reclamada a ligação direta Juazeiro (Ba.)—Petrolina (Pe.)—Barreiras (Ba.).

**O Sr. Virgílio Távora** — O tema percutido por V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Helvídio Nunes, é daqueles que interessam profundamente não só ao Estado de V. Ex.<sup>a</sup> como também àquele que temos a honra de representar. Desde decênios esta rodovia é tentada construir. Recordamos-nos de que em 1957, há 15 anos portanto, já se falava da construção total desta rodovia até o fim do período do Presidente Juscelino Kubitschek. O que vimos, cearenses e piauienses, é que justamente foi ela relegada ao esquecimento. Não somos tão otimistas como V. Ex.<sup>a</sup> de achar que está sendo aceleradamente feito o trecho cearense. Oxalá o fosse! Mas, o que há de positivo, o que há de certo é que a denúncia de V. Ex.<sup>a</sup> é baseada em fatos. Realmente, não conhecemos da parte dos técnicos responsáveis nenhuma predisposição para que a Fortaleza—Brasília, em grande parte do território cearense e no do Piauí, seja construída dentro daquela diretriz inicial — queremos bem frisar — que o anseio do povo do seu Estado, do nosso povo, do povo de todo o Nordeste Centro-Oriental: Fortaleza — Picos — Barreiras.

**O SR. HELVÍDIO NUNES** — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Virgílio Távora, porque, além de ex-Ministro da Viação, de Governador do seu Estado, o Ceará, de Deputado Federal e hoje, Senador da República, V. Ex.<sup>a</sup> sempre foi um apaixonado pelos problemas rodoviários do País. V. Ex.<sup>a</sup>, sobretudo a mim, me dá alegria nesta tarde, porque partindo da afirmação de que as palavras que hoje pronuncio nesta Casa estão calçadas nos fatos, V. Ex.<sup>a</sup>, hoje, mais uma vez, veio defender, neste plenário, através do aparte com que me honrou, a construção da BR-020, a Fortaleza—Brasília. Muito obrigado.

**O Sr. Ruy Carneiro** — V. Ex.<sup>a</sup> dá licença para um aparte?

**O SR. HELVÍDIO NUNES** — Com todo prazer.

**O Sr. Ruy Carneiro** — Ouvi o aparte que os eminentes Senadores do Ceará, Senadores Wilson Gonçalves e Virgílio Távora, deram a V. Ex.<sup>a</sup>. Nós do Nordeste deveremos estar atentos como V. Ex.<sup>a</sup> está neste momento, para discutir todos os problemas em defesa da nossa situação. Naturalmente, como grande parte dos Senadores estão em comissões, não estão aqui presentes ouvindo o discurso excelente e, sobretudo, de grande profundidade que V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo na defesa dos interesses da nossa região. Como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, a estrada Brasília—Fortaleza, iniciada no Governo do eminente Presidente Juscelino



Kubitschek, como bem lembrou o Senador Virgílio Távora, estava no plano de ligar Brasília a todas as capitais do Norte e Nordeste. Tanto que, com muita satisfação para mim, está dentro dos planos do Governo a estrada Brasília—Acre, que também constava dos planos do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. Lamentavelmente não houve tempo, não foi possível pavimentá-la, mas esse mesmo plano está sendo continuado, o que merece os meus aplausos. E nós, do Norte e do Nordeste, devemos continuar a defender os nossos interesses. Sem estradas, sem os meios de comunicação e de circulação de riqueza, não podemos ir para frente. Assim, dou os meus aplausos a V. Ex.<sup>a</sup> por trazer ao plenário do Senado este assunto de interesse do Estado do Piauí, do Estado do Ceará, e de todo Brasil, sobretudo do Nordeste.

**O SR. HELVÍDIO NUNES** — Para minha satisfação maior na tarde de hoje, faltava-me apenas o apoio do nobre Estado da Paraíba, o que V. Ex.<sup>a</sup> traz, neste instante — Estado que V. Ex.<sup>a</sup> aqui representa com tanta dignidade. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Poderosos, de ponto de vista econômico e político, são os que por enquanto se limitam a lembrar a conveniência da concretização de tal medida. Mas, desde já, é imperioso que os homens públicos, sobretudo do Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Paraíba permaneçam vigilantes, certos de que a ligação rodoviária, normal, racional, projetada e em grande parte, executada ou em fase de execução, daquela imensa área a Brasília, não pode e não deve ser subordinada a interesses menores, qualquer que seja o tamanho dos seus defensores.

Não estou, parodiando o imortal vate lusitano, querendo sobre coisas vãs fazer fundamento, mas tão-somente inspirado na recomendação do Livro Sagrado, que manda vigiar e orar, eficazes meios para afugentar as tentações, próprias e alheias.

A postura advogada não implica no reconhecimento da existência e da validade de receios. Não. Creio na ação patriótica do Governo federal, creio nos homens que têm a responsabilidade maior pelos destinos do Ministério dos Transportes, especialmente o Coronel Mário Andreazza, o Coronel Ajace Barbosa e o Dr. Elizeu Rezende, creio na prevalência dos interesses regionais sobre os estaduais. É que a minha crença e a minha fé estão alicerçadas nos fatos de todos os dias, que mostram, inclusive aos que não querem ver, que o Nordeste atual não é o de ontem que o Piauí de hoje não é mais, felizmente, o de dez anos atrás.

**O Sr. Ruy Carneiro** — V. Ex.<sup>a</sup> dá licença para mais uma intervenção, nobre Senador Helvídio Nunes?

**O SR. HELVÍDIO NUNES** — Com muito prazer.

**O Sr. Ruy Carneiro** — Acredito que o eminente Ministro Mário Andreazza, indiscutivelmente homem profundamente trabalhador, leia o *Diário do Congresso Nacional* e acompanhe o que se passa no Senado da República e na Câmara dos Deputados. No entanto, aconselharia a V. Ex.<sup>a</sup>, — e talvez seja demasia de minha parte — fazer amanhã uma carta, juntando o seu discurso, ao Sr. Ministro Andreazza.

**O SR. HELVÍDIO NUNES** — Muito obrigado mais uma vez. Atenderei com muito prazer a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>

Sr. Presidente e Srs. Senadores, admitida por razões superiores, apenas para argumentar, a impossibilidade imediata e total da construção do trecho piauiense da rodovia Fortaleza—Brasília, não se justificaria a ligação com a Capital da República, através da edificação do eixo Juazeiro—Petrolina—Barreiras, ainda que com o aproveitamento do trecho Paragaguá—Barreiras, da BR—242, pois que o Piauí, embora beneficiário direto, tem melhores opções a oferecer aos seus irmãos do Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.

A matéria, todavia, será objeto de pronunciamento posterior, o qual todas as alternativas serão convenientemente examinadas. Por ora, vale a afirmação genérica, que expressa, mais do que a momentânea posição contrária aos interesses de alguns, a convicção de que os órgãos responsáveis não suportarão sejam perpetrados atos e tomadas decisões que importem na vulneração dos legítimos direitos e aspirações de cinco Estados brasileiros.

Realmente, a BR—020 integra o Plano Rodoviário Nacional, está em fase, maior ou menor, de acelerada implantação ou pavimentação, nos Estados por onde possa, integrar a rede de rodovias radiais, e é indispensável à segurança e ao desenvolvimento, harmônico e integrado, do País.

Assim, pedindo e reclamando, em nome da extensa região, mormente do Estado que represento no Senado Federal, a construção total da rodovia Fortaleza—Brasília, estou não apenas espantando temores e receios, mas cumprindo indeclinável dever para com o Piauí e o seu povo. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Lindenberg) — Com a palavra o nobre Senador Mattos Leão. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Com a palavra o nobre Senador José Lindoso.

**O SR. JOSÉ LINDOSO** — (Pronuncia o seguinte discurso.) Srs. Senadores. O povo amazonense está vivendo, esta primeira década da Revolução de Março de 1964, o período de promissor desenvolvimento e, consciente das dificuldades, comporta-se — pelas suas lideranças — ativo e vigilante, para conseguir a necessária adequação dos Programas e o triunfo sobre obstáculos diversos que residem na pobreza do homem, numericamente insignificante e desprovido de técnica e de capital para dominar o meio, retratado na opulência de uma geografia desafiadora. Ele tem enfrentado uma luta complexa e desigual, com sorriso, por vezes cético, do sábio, com a firmeza do bravo, a coragem do herói e a esperança telmiosa da criança.

No ciclo da borracha, quando se encaminharam para a Planície milhares de nordestinos em busca da riqueza, deixaram, com a penetração até os altos rios e a conquista do Acre, a afirmação veemente da soberania brasileira naquelas paragens de verde infinito e de água em abundância.

Verificou-se, em consequência da queda da borracha, a crise dos 30 anos, no período de 1912 a 1942. Sobreveio a II Guerra Mundial e, para atender aos reclamos de borracha para a indústria bélica dos Aliados, voltaram-se, novamente, as vistas para a Amazônia. Getúlio Vargas pronunciou, então, o seu famoso "Discurso do Rio Amazonas", sem consequências imediatas de ordem prática.

Os Constituintes de 1946 consignaram, na Lei Maior, a norma constante do art. 199, mandando que a União aplicasse, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, a quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária no plano nacional de valorização da área.

A regulamentação desse artigo exigiu esforços políticos, acarretando demora irritante e a Amazônia, até então representada pelo Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, surgia, nos contornos estabelecidos pela Lei n.º 1.806, abrangendo, também, parte do Maranhão, de Goiás e de Mato Grosso.

O eminente amazonólogo Armando Mendes, em estudo publicado no ano passado pela Universidade Federal do Pará, dedicou-se a analisar a viabilidade econômica da Amazônia e, considerando o Meio, o Homem, a Economia, assinala que esses condicionantes "conduziram à diversificação interna da Amazônia que a caracteriza hoje. Os seus traços mais notórios são os seguintes:

— especialmente, existe uma Amazônia interligada ao resto do

País (agora também por vias internas como a Belém—Brasília) e outra isolada, mediterrânea (a tese da **Amazônia Ocidental**) e a **Amazônia Oriental** ou litorânea, já parcialmente consagrada na própria legislação.

— **demograficamente**, áreas ecumênicas bem caracterizadas e outras desérticas. Podem distinguir-se, assim, uma **Amazônia ribeirinha** e outra **mesopotâmica**.

— **geopoliticamente**, uma **Amazônia interna** e outra **fronteiriça ou periférica**."

O amazonólogo não faz tal colocação gratuitamente. "A distinção é frutuosa para efeitos didáticos e programáticos."

Assim pensávamos, também, já em 1968, quando na Câmara dos Deputados, em face da insatisfação geral que se verificava no Pará, com relação a SUDAM, defendíamos a tese de que se deveria adotar métodos de trabalho em função das realidades locais. É válido, portanto, para a Amazônia o que de certa feita já observava o Ministro Delfim Netto, com relação ao Nordeste: "Há vários Nordestes". Há, portanto, várias Amazonas.

Quando o Presidente Castello Branco reestruturou a Zona Franca de Manaus, levou em conta o fato da necessidade de instrumentos adequados para enfrentar peculiaridades de cada área do complexo amazônico.

Existiu sempre, e permanece, tendo várias causas, certa insatisfação relativamente à atuação da SUDAM. Sente-se, agora, que em face do acoplamento dos Planos dos Estados e dos Municípios à política administrativa federal, desencadeada em nível nacional, através dos grandes programas desenvolvimentistas, sofrem os órgãos regionais na sua expressão político-administrativa.

A insatisfação acima referida é explicável por fatores diversos, e, principalmente, devida à imensa área abrangida pela SUDAM, com nitida diversidade geoeconômica, além de problemas internos, de natureza administrativa e a impossibilidade de atendimento a todas as aspirações regionais.

A verdade é que não se pode adotar, por exemplo, idêntico procedimento, para a Amazônia Atlântida, onde existe capital e já boa experiência empresarial, com ligações diretas e maior proximidade de mercados consumidores, e o Acre, ou Roraima, onde a empresa vive de modo empírico, distante de técnicas modernas, onde o capital é reduzido e as comunidades não dispõem de planejadores para elaboração de projetos e não há "mercado", o que anula as aspirações de produção em níveis economicamente apreciáveis.

As realidades geoeconômicas da Macroamazônia exigem métodos de trabalho diferentes, em resposta a necessidades diferentes. Isto nos ensina a experiência.

Fatores internos, como a demora na análise de projetos pelos burocratas da SUDAM, despesas com idas a Belém, e questões da administração dos incentivos fiscais, inclusive sérios problemas com a captação de recursos que não dizem respeito à entidade, são inquietantes e nela se refletem.

Criou-se em Manaus uma Coordenadoria da SUDAM, o que seria louvável se se tivesse dado condições operacionais para a mesma funcionar. Para o empresário do Acre, de Roraima e de Rondônia — e assinalo bem esse ângulo que restringe a observação — a SUDAM, que por vezes faz, nessas Unidades, reuniões de seu Conselho, é algo distante, que se sabe que existe porque já houve contatos, como se sabe que existe a lua, onde já se foi e de lá se trouxe punhados de pedras e de poeira...

É só se analisar as estatísticas referentes a projetos aprovados, nessas diversas Unidades, e logo concluiremos pela necessidade de se fazer uma reflexão.

Não se pretende negar a SUDAM. O Projeto RADAM no campo da pesquisa foi iniciativa extremamente válida para racionalizar a atividade do órgão; os auxílios para a infraestrutura social nas principais cidades da Amazônia são de real mérito.

O Ministro Costa Cavalcanti, no desejo de construir, está sempre presente no Nordeste e na Amazônia e se desdobra num trabalho impressionante de assistência e estímulo aos órgãos vinculados ao seu Ministério. É preciso que o segundo escalão, em certas faixas de atuação, acerte o passo e com objetividade e humildade reexamine esquemas de trabalho, proceda a autocritica, para imprimir-lhe o ritmo que o Ministro tem, por vezes, reclamado incisivamente.

O desenvolvimento do País, o aprimoramento das técnicas de ação e de trabalho devem ser tarefa de todos nós. Para isso, é que se recomendam as avaliações, oferecendo ensejo de constatar as falhas nos diagnósticos e métodos, aconselhando revisão dos programas. E seremos sábios se usarmos desses instrumentos com humildade, lealdade e movidos pelo supremo interesse de servir ao País.

Irei oferecer, como homem que tem entusiasmo e fé na ação do Governo, contribuições para o debate em torno dos problemas da Amazônia Ocidental, pedindo a atenção das autoridades para as mesmas.

A nossa palavra se apoiará, em parte, nos estudos que as lideranças em-

presariais do Amazonas apresentaram à III Conferência Nacional das Classes Produtoras.

Tais estudos e sugestões firmadas pelos Srs. João de Mendonça Hurtado, da Federação da Indústria, Mário Guerreiro, da Associação Comercial do Amazonas, Fernando Pequeno Franco, da Federação do Comércio do Estado do Amazonas, Eurípedes Lins, da Federação da Agricultura do Amazonas, Hélio Nobre, do Clube dos Lojistas de Manaus, revelam o propósito sincero de ajuda, refletem o estímulo e o entusiasmo que o Presidente Emílio Médici consegue despertar em todas as lideranças no sentido de que unidos nos empenhemos na construção do futuro do País.

Desse clima de confiança diz, eloqüentemente, o gesto desses empresários que, no princípio deste mês, compareceram perante o Presidente Médici, no Palácio do Planalto, em companhia dos representantes do nosso Estado na Câmara e no Senado, para ofertar ao Chefe do Governo medalha de ouro alusiva ao sesquicentenário, e formularam, então, sugestões relativamente aos problemas da Amazônia Ocidental, visando ao melhor desempenho governamental na região; e, como homens das classes produtoras, transmitiram, ainda, além da mensagem de agradecimento ao "Presidente da Amazônia", o propósito de se engajarem mais e mais na extraordinária realização do Presidente, que certamente o consagrará perante a História, qual a de tornar a Amazônia útil ao Brasil e ao mundo, com a preservação de nossa soberania, honrando o legado deixado pelos nossos maiores. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY — Sr. Presidente, desejo fazer uma reflexão pública, na tribuna desta Casa, sobre um assunto fascinante e atual: o tema das fusões, incorporações, conglomerados e sua compatibilização com a política econômico-financeira posta em prática pelos Governos Revolucionários.

O ponto mais destacado de toda a orientação governamental nesse setor — econômico-financeiro — foi sem dúvida a superação das estruturas obsoletas da economia nacional, objetivando o seu desenvolvimento em bases modernas. O Plano Nacional de Desenvolvimento, aprovado pelo Congresso, definiu o que o Governo deseja alcançar:

— "colocar o Brasil no espaço de uma geração como Nação desenvolvida;

— duplicar, em 10 anos, a renda per capita;

— elevar os índices da economia nacional, permitindo a estabilidade de preços, política internacional que acelere o desenvolvimento, sem prejuízo do controle progressivo da inflação."

E, na linha teórica de que o desenvolvimento não é um fim, é um meio, afirma que ele pressupõe:

— ampla disseminação dos resultados do progresso, alcançando todas as classes de renda;

— Transformação social; acelerar o crescimento e melhorar a distribuição de renda, mantendo uma sociedade aberta.

— Estabilidade política, para realizar o desenvolvimento sob regime democrático.

— Segurança nacional, interna e externa."

Só o enunciado desses objetivos coloca todos nós, brasileiros, orgulhosos de ver a aventura desta geração.

Aceita o Governo como finalidade da sua ação o bem-estar social e todo o seu esforço tem sido o de perseguir e alcançar este objetivo. Suas decisões econômicas, assim, são instrumento de uma política.

Essa política claramente delineada deu margem a justificativas de restrições ao direito individual com os argumentos das excelências do Estado social. Na análise desses aspectos julguei do meu dever examinar o ponto de encontro da política das fusões com as finalidades e os objetivos da Revolução.

O Estado de S. Paulo em 10-3-72 definia que "o objetivo do Governo, ao favorecer as fusões é reduzir os custos operacionais, a fim de permitir nova redução da taxa de juros".

Já o Secretário-Geral do Ministério da Fazenda e Presidente do COFIE (Comissão de Fusão, Incorporação de Empresas) disse que o objetivo do governo foi permitir a produção a custos mais baixos e em nível de competição internacional para identificar que essa marcha para as fusões era determinada pela "sensação que o empresário tem de que, pelo maior tamanho, ele consegue mais eficiência". (Diário de São Paulo, 11-12-71).

O Senhor Ministro do Planejamento identificou um outro aspecto relevante no processo das fusões e justificou-as em face da dimensão dos novos projetos. Disse ele, na Escola Superior de Guerra, em 24-9-71, que "diante desse fato — a grande dimensão da empresa moderna — e para evitar que a opção se reduza às empresas públicas e às empresas internacionais, é um imperativo criar instrumentos que possibilitem a participação das empresas nacionais. Dai o programa anunciado para a forma-

ção de grandes empresas nacionais que deverão resultar da fusão ou da participação com grupos estrangeiros".

O Sr. Ministro da Indústria e do Comércio foi conciso em sua definição: "Como vivemos num mercado de consumo o caminho aconselhável é a fusão". E indicou esse caminho também ao comércio dizendo que "devem abrir supermercados, shopping centers, já que se torna cada vez mais difícil a existência de casas médias". (O Globo, 28-6-71)

O Exmo. Sr. Ministro da Fazenda disse que o objetivo do Governo era "permitir que as empresas brasileiras enfrentem, em boas condições, a concorrência estrangeira nos mercados externos". (O Estado de São Paulo, 5-8-71.)

Num Simpósio sobre o assunto, realizado em São Paulo, foram aduzidos outros benefícios correlatos como o facilitar a fiscalização por parte do governo, pois sendo menor o número de empresas, mais fácil seria o controle, impondo as autoridades financeiras mais rapidamente os seus critérios; redução de custos e consequente redução de preços; modernização da empresa através da assimilação de novas técnicas gerenciais e oferecimento de melhores serviços.

Nesta visão global dos conceitos verifica-se que os altos objetivos que levaram a incentivar a fusão de empresas foram os de redução de custos, concorrência internacional e modernização com a melhoria de rotinas e a oferta de serviços bons e diversificados.

Colocado o assunto sob este ângulo, desejo examiná-lo sob dois aspectos. O primeiro, no que se refere às intenções perseguidas e, o segundo, sob o aspecto político da medida que é o que mais me preocupa e o que motiva este meu discurso. É evidente que os conglomerados estão na moda no Japão e na Europa Ocidental. Nestes lugares sua criação foi determinada por fatores peculiares.

Na Europa pela necessidade de defender-se da invasão americana e no Japão para que este enfrente os mercados mundiais uma vez que sua economia está voltada para o setor externo. Em ambos os casos há um caráter nitidamente defensivo, e em ambos, o fenômeno nasceu numa economia de tecnologia altamente desenvolvida e de classes sociais perfeitamente formadas.

O Brasil é um País cuja economia, em seu modelo perseguido com sucesso, está crescendo baseada no setor interno, um País ainda em formação, todos os setores abertos ao gênio nacional. Antes de defender-nos da colonização tecnológica temos que conquistar a grande potencialidade do

mercado nacional. Não estamos como a Europa no fim dum ciclo econômico nem como o Japão angustiado pelo espaço e na dependência dos suprimentos de matéria-prima. Ao contrário, estamos no princípio de uma grande aventura para ser um dos grandes países do mundo e com vastas áreas do nosso território à espera da nossa conquista e do nosso desenvolvimento. Mas, mesmo nesses lugares, as maiores decisões em fusão foram no setor industrial e nunca no setor financeiro.

Ao se desencadear o processo das fusões dizem os experts que no setor bancário não chegaremos a mais de cinco estabelecimentos. Por outro lado parece que não é pacífica a afirmativa que a redução de custos, o gigantismo e a tendência mundial levem ao estuário das superempresas. O Ministro Eugenio Gudin, citando o Professor Jewkes, da Universidade de Oxford, contesta o fato e diz:

"Muito mais da metade da produção manufatureira do Mundo Ocidental é produzida em fábricas que empregam menos de 500 operários". Nada parece indicar que o maior tamanho é sempre acompanhado de preços e custos menores."

E o economista J. Viner ao tratar do assunto afirma categórico: *Size is not a working substitute for efficiency.*

No Brasil não é outra a experiência. O Diretor de uma poderosa organização bancária nacional, como encargo de algumas fusões, confessa desolado:

"A fusão de bancos é um processo que envolve custos elevados, e que, na maioria das vezes, a curto e mesmo médio prazos não torna mais eficiente o novo banco que dele resulta". Olavo Setubal, Folha de S. Paulo, 12-3-72.

Verifica-se, pelas declarações de homens do próprio setor que a melhoria de serviços e a baixa dos custos é matéria controvertida nos resultados obtidos pelas fusões. Desejo fixar, desta maneira, que as melhores intenções das autoridades ao estimular as fusões, na prática não foram confirmadas.

Resta analisarmos o aspecto voltado para a exportação. Neste setor, na realidade é necessária uma tomada de posição mais agressiva e motivações particulares. Os países, é bom repetir, cujo crescimento econômico está voltado para o setor externo, buscaram uma solidariedade interna para assegurar a concorrência nos mercados e assim manter os seus índices de crescimento. Diz o Senhor Ministro do Planejamento que a fusão é necessária para que a empresa nacional enfrente a empresa estrangeira. Acontece que na opinião do

Ministro Roberto Campos, para este setor a solução é justamente não a empresa nacional, mas, a internacional, que as fusões favorecem e assim a define na Associação Comercial de São Paulo, em 27-10-71:

"A empresa multinacional tem a meu ver característica um pouco similar à do elefante. Pouca gente poderia definir o elefante, mas, é fácil reconhecê-lo na rua."

Em seguida, o grande economista brasileiro fornece algumas das características desse tipo de empresa dizendo que elas se caracterizam:

- 1 — "Por praticar o comércio internacional;
- 2 — ser internacional, desenvolver o comércio internacional e ter sua fonte de recursos também no setor internacional;
- 3 — gerência multinacional e estratégia global com menor ênfase sobre sua origem e conteúdo nacional; (Diário de São Paulo, 23-10-71)."

Informa ainda o Ministro Roberto Campos, em sua palestra, que este tipo de empresa carrega para o comércio internacional cerca de 240 bilhões de dólares por ano. Ora, assim nos parece haver um desencontro entre as intenções e a realidade. A política é no sentido de apoiar a empresa nacional, uma vez que ainda não ganhamos a suficiente força empresarial interna para partir para a grande aventura de enfrentar os monopólios internacionais em suas tocas, mas essa ajuda para ser eficiente tem de impor a empresa brasileira a perder o caráter nacional.

No nosso caso considero justo o apoio dado a criar condições de competição internacional. Em outros países essa competição somente é possível com a formação de conglomerados em face do fraco intervencionismo estatal que apenas ordena a economia sem nela interferir. No caso do Brasil o dirigismo é total e o Estado dispõe de instrumentos poderosos, imediatos e precisos para dar condições ao exportador brasileiro de enfrentar o mercado internacional. Graças a essa mobilidade o setor de exportação tem crescido a taxas elevadas e o País dispõe no exterior de reservas superiores a um bilhão e meio de dólares. Assim, o grande conglomerado que o Brasil dispõe para enfrentar o comércio internacional é o próprio Brasil, mobilizado e conscientizado para essa tarefa.

Não desejo condenar os novos tipos de empresas multinacionais, mas, desejo afirmar a certeza de que elas devem vir como uma solução natural do crescimento do país e não como soluções artificiais, criadas pelo Estado, forçando concentrações de renda, o que seria para os escolhidos como um

bolão fabuloso da Loteria Esportiva. Seria também uma avassaladora bola de neve plantada a custa dos incentivos. É claro que a empresa holding resultante dos conglomerados, tem na prática uma função financeira. O seu capital é formado com reavaliação fora dos índices da correção e sem tributação. E as futuras empresas por elas incorporadas, não seriam pagas em dinheiro e sim em suas próprias ações, com liquidez, no mercado, em face do seu gigantismo.

Também, na diminuição de custos, não devemos esquecer que não é somente o gigantismo o remédio. O setor financeiro por exemplo tem apresentado lucros extraordinários que asseguram salários fabulosos a seus executivos, como também, a facilidade de fortunas. Há poucos dias um jovem banqueiro afirmava ter amealhado um patrimônio nominal de 10 milhões de dólares e comercial da ordem de 30 milhões de dólares, em mais de uma década, o que mostra que esse setor para redução de juros, precisa também de redução de lucros.

Ferdinand Lundberg, no seu "A Study in the Power of Money Today", dá o seguinte exemplo sobre dez milhões de dólares:

"Um norte-americano prudente, trabalhador, temente a Deus e amante do lar, que conseguisse economizar 100.000 dólares (seiscientos milhões de cruzeiros velhos), depois de pagar todos os impostos e descontar todas as despesas, necessitaria de um século inteiro para acumular dez milhões".

Para transportarmos esse exemplo para o Brasil, basta dizer que um Ministro do Supremo Tribunal ou um Oficial-General para conseguir tal soma precisaria, economizando a metade dos seus salários anuais, viver e trabalhar 1.200 anos.

Agora desejo abordar o aspecto político das fusões, o mais sério de todos eles.

A política da Revolução tem como base uma melhor distribuição da renda nacional e o Presidente Médici tem na integração um dos pontos marcantes do seu governo. O estímulo à formação de grandes conglomerados importa na negação desses dois postulados.

Sabe-se que empresas gigantes importam em grandes concentrações de renda e os detentores destas têm o poder de aplicá-las até quanto, como e quando, de acordo com os interesses peculiares aos seus negócios. Portanto, concentração de renda traz, em seu bojo, um instrumento de poder. Esse poder, pela sua flexibilidade de atuação e pela ausência dos seus compromissos com as razões do Estado, pode atingir até o domínio da estrutura política da nação, induzindo de-

clisões de acordo com a projeção dos seus interesses. E vai aqui, dessa constatação, a evidência de um perigo latente: a desarticulação da política global de desenvolvimento e o desenvolvimento econômico voltado para a nação como um todo orgânico.

As super-empresas, — no caso do setor bancário, a previsão é de ficar apenas cinco bancos, — têm grande massa de poupança da coletividade e considerando-se que a poupança só se verifica em regiões onde a renda é melhor distribuída, obviamente será nessas regiões que elas se tornarão mais poderosas. Ademais sendo essas regiões polos de desenvolvimento é aí que elas encontram oportunidade mais atrativa de aplicação das poupanças que detêm.

A política de integração nacional deseja o país desenvolvido como um todo, e pretende diminuir as desigualdades regionais. A concentração de rendas através das super-empresas vai aumentar as desigualdades regionais. As minguadas agências desses conglomerados financeiros no nordeste ou na Amazônia servirão apenas de um canal de evasão de dinheiro, como já estão sendo. Assim, a abertura de novas agências não serão naquelas áreas, consideradas desinteressantes aos seus objetivos. As vantagens de serviços e de apoio técnico para desencadear a empresa moderna não serão deflagradas naquelas regiões porque os interesses dos conglomerados não são os da integração nacional e sim o lucro dos seus negócios. O terreno ocupado pelas empresas detentoras exclusivas do mercado não permitirá o surgimento de novas, nem aquelas regiões terão força econômica para fazê-lo. Os conglomerados financeiros além de permissionários de serviço público serão ainda monopolistas no setor.

Levantou-se o argumento de que, sendo menores o número de empresas, seria mais fácil a fiscalização. O meu ponto de vista é que, sendo menor o número de empresas, é mais fácil o envolvimento. Eles serão tão poderosos que ninguém poderá enfrentá-los. Exigirá a existência permanente de um estado forte para contrabalançar a sua força. É desta maneira, essa política, uma política contrária aos objetivos de democratização. Seria, a permitir o livre jogo democrático, da licitude dos grupos de pressão dentro da dinâmica social, a desigualdade da existência, de saída, de grupos tão fortes que dominariam totalmente o poder. É de ressaltar ainda que o Brasil é um país ainda em formação, suas classes sociais ainda não estão perfeitamente definidas, de uma grande mobilidade, sem estratificação de situações. Permitir e incentivar a super-empresa financeira, neste instante, é estabelecer privilégios e até mesmo comprometer o futuro.

Evidentemente, essa política é contrária aos designios do governo, quanto ao desenvolvimento global e harmônico do País. A exacerbação do poder econômico pode conduzir até à crise na Federação; o escopo da Federação deve ser sustentado pelo poder central, mas se o poder central tem para confrontá-lo o aumento de poder de organismo econômicos particulares etc, o poder central, deixa de ser real para se tornar apenas nominal, porquanto o poder real será exercido pelas poderosas organizações econômico-financeiras. Para evitar essas distorções os países democráticos criaram mecanismos de defesa.

No seu livro *"The Rich & Super Rich"*, Ferdinand Lundberg afirma que:

"a concentração de riqueza não somente traz consigo grandes rendas pessoais, mas também confere a seus donos e delegados um poder de decisão desproporcional nos assuntos econômicos, políticos e culturais. Com isso podem traçar ou boicotar a política interna e exterior de um país".

E adiante afirma:

"Não é a questão da propriedade dos bens em si que representa o problema crucial. O que precisa ser compreendido é o fator de controle geral que a propriedade concentrada confere ao seu detentor. Em virtude do poder e força que lhes são outorgados pelos bens concentrados e combinados, os grandes proprietários e seus administradores assalariados se tornam senhores de uma voz quase sempre decisiva na gestão econômica, controlam os partidos políticos e seus candidatos, e influenciam, ou até mesmo determinam a política nacional em todos os seus escalões. Os títulos de propriedade, reforçados e multiplicados com controle de bancos e companhias de seguro, são os bilhetes de entrada". (Pág. 39).

Nos países altamente desenvolvidos esse problema foi terrível. Nos Estados Unidos a luta permanente contra esses abusos é diária e mesmo assim ainda muitos procuram ver a inocuidade dessa luta. Pensemos o que pode acontecer, no Brasil, onde a legislação e a aplicação delas ainda não passou de formulações empíricas.

Sabe-se que o maior inimigo doutrinario do capitalismo é a distorção da livre concorrência, pela formação de monopólios que subvertem totalmente, de maneira arbitrária, a lei da oferta e da procura. Graças a mecanismos intervencionistas foi possível afastar, nas sociedades livres, as distorções que, inevitavelmente, tornariam o capitalismo algo absolutamente injusto. A humanização do capitalismo, sua função social no

mundo moderno é sem dúvida um dos alicerces da liberdade.

Acredito que, sem quebra do ritmo de formação da grande empresa nacional, os interesses do nosso modelo de desenvolvimento justificam a diversificação cada vez maior dos controles empresariais possibilitando, sem dúvida, pela concorrência, uma melhoria tecnológica e a existência de preços competitivos. Em grande parte, hoje, o ponto de estrangulamento para reduzir custos não é a falta de recursos materiais para o aumento de produtividade, mas, a escassez de recursos humanos.

Num país de dimensões continentais como o Brasil e com uma área industrial nitidamente concentrada, estimular a fusão de complexos financeiros levará, realmente, esses complexos a uma situação de força no mercado que pode até incluir o estabelecimento de mecanismos de preços arbitrários e desestímulos tecnológicos incompatíveis com a necessidade do desenvolvimento nacional. Isto sem falar de que as pequenas e médias empresas ficarão à reboque, na dependência estreita dos monopólios financeiros.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se me afigura uma contradição entre a política do Presidente Médici e os interesses dos conglomerados. No primeiro, o interesse é o da nação, e, no segundo, o interesse é do lucro.

Cito o exemplo nas declarações publicadas na página de uma conceituada revista de investimentos, que são as seguintes:

**"Concorrências e fusões** — naturalmente, nem todas as empresas conseguirão bons resultados, pois, mesmo com brilhantes perspectivas, algumas companhias podem, eventualmente, não renovar suas técnicas, perdendo um número maior de concorrências do que seria desejável. Além disso, para assegurar a execução das obras nos prazos, o Governo decidiu exigir das companhias a pré-comprovação de sua capacidade técnica e financeira para encarregar-se do projeto, ou parte dele. Isto terminou favorecendo as grandes empresas do setor e estimulando as fusões de empresas médias (segundo alguns análises, em cinco ou seis anos haverá no Brasil apenas de dez a quinze grandes empresas de construção de obras públicas). Mas este sistema, segundo assegura um estudo da Rossi Engenharia de São Paulo, é vantajoso: "Quanto menor o número de empresas pré-qualificadas (consideradas capazes de realizar o projeto), menor a concorrência, melhores os preços e melhores os lucros."

(VEJA — Abril — 1972).

Na ingenuidade destas declarações, verifica-se, perfeitamente, a evidência a que chegaremos inevitavelmente, se não marcharmos com grande cautela no estímulo à concentração de rendas por grandes empresas.

Este aspecto não passou despercebido do Exm.<sup>o</sup> Sr. Ministro da Fazenda, quando declarou que as fusões seriam examinadas uma a uma e que "o governo não pretende aprovar fusões que tendessem a situações monopolistas".

Acontece que num país como o Brasil, onde ainda não existe a superempresa, em qualquer ramo que ela se formar, independente da vontade dos seus proprietários ou do governo, inevitavelmente ela disputará uma situação monopolista. Não podemos legislar pensando somente no presente, quando temos uma situação excepcional, de um governo isento e imune a pressões e um regime forte capaz de resistir a tudo. Mas, esta é uma situação de transição. Entregues os comandos da nação a suas forças de equilíbrio, dentro do jogo democrático, as grandes concentrações de renda empolgariam o poder. A sua simples existência é um entrave ao caminho da normalidade. Dir-se-á que os controles do Estado sempre existirão. Eu responderei com uma frase de um sociólogo americano, ao tratar deste assunto: "Quando os quadros de alta direção das empresas desejam ser o governo, eles são o governo."

Não devemos esquecer que estamos numa fase de partidos políticos frágeis — e, aqui, um ponto importantíssimo para a classe política brasileira, no momento em que se procura reestruturar os partidos políticos — em processo ainda dentro de consolidação. Os quadros políticos do passado com uma dinâmica interrompida e os novos quadros ainda não formados. As lideranças nacionais com posições nitidas sobre problemas, o que constituem diques de contenção em situações normais, não existem. Pela própria necessidade de superar os descabimentos do passado e apressar as conquistas do presente, há uma limitação para o debate, de modo a que ele não possa deteriorar a situação de tranqüilidade nacional. Nesta hora, oferecer aos conglomerados uma fatia antecipada da divisão do poder nacional é um gesto extremamente perigoso, que colocará em risco as conquistas duramente alcançadas. Nenhum poder se deixa contestar. Pensar que podíamos enganar as atuais fontes de poder, fazendo nascer uma poderosa força capaz de contrabalançar os seus comandos, é ingenuidade. Isto jamais acontecerá e tal prática iria inevitavelmente criar um processo de antagonismo que levaria à estatização.

Os técnicos precisam acreditar que não existe democracia sem partidos



políticos. Fortificar os partidos políticos é fortificar a nação, é assegurar a abertura democrática, porque dentro deles o jogo do poder se faz com aquilo que os americanos chamam "checks and balances". Fora dos partidos políticos, qualquer fórmula, por mais brilhante e engenhosa que for, está destinada a fracasso e a grandes perigos.

A tese de que a liberdade econômica traz a liberdade política é de Karl Max e Hayek. Contra a teoria há evidência dos Estados Unidos e da Inglaterra. O exemplo da Alemanha e da Rússia provam que quando a liberdade política entra em crise — como disse Morisson — todas as outras liberdades vão de água abaixo.

A formação de monopólios e oligopólios conduz à exacerbação das diferenças da distribuição de rendas nos planos individuais, de classe e regional, além dos graves perigos de ordem política. Pode levar até a rutura do corpo político da nação, uma vez que a legítima coação social levada a efeito pelo Estado terá sido ordenada a partir dos interesses do poder econômico.

Como conclusão dessas observações, temos que os monopólios sobrepujam os próprios designios do Criador, isto é, poderão comprometer o poder político central e o plano nacional de reestruturação da economia em bases modernas.

Finalmente desejo dizer, nesta hora de grande esforço de todos para restauração do poder político através dos Partidos, que é extremamente perigosa a concentração de rendas em poucas mãos. Esta concentração trará em seu bojo, poder político que será um *bypass* no caminho da normalidade democrática, podendo comprometê-la. O caminho normal, nas democracias, de construção política, é o Partido político. Julgar que o Poder Econômico pode abrir esse caminho é negar a história.

Nesta hora de grande progresso, em que as águas da riqueza correm para todos os lados e começam a se acumular, bem faz o Presidente Médico em abrir as portas para o fortalecimento dos Partidos, porque sua vitalidade poderá assegurar a democracia, a liberdade, a iniciativa privada e uma sociedade aberta e justa. Fora deles, os nossos dias são sombrios.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas!)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — O Sr. Senador Vasconcelos Torres enviou à Mesa discurso para ser publicado na forma do art. 227 do Regimento Interno.

S. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

É o seguinte o discurso enviado à Mesa:

Senhor Presidente,

Senhores Senadores.

Barra do Pirai é um próspero centro industrial e comercial do Sul Fluminense e está agora, de certo modo, sendo vítima do próprio progresso...

O que ocorre é que em virtude da constante expansão da Companhia Siderúrgica Nacional, cuja usina está localizada em Volta Redonda, município vizinho de Barra do Pirai, e da COSIGUA, indústria siderúrgica instalada na Guanabara, o movimento de composições de minérios pela linha férrea que corta a cidade de ponta a ponta está aumentando. E essa presença frequente das grandes composições de minérios é de tal ordem que, dentro de pouco tempo, o tráfego urbano estará inteiramente estrangulado, com grave prejuízo para os interesses da Cidade.

O funcionamento do comércio de Barra do Pirai, já afetado pelo avançamento ferroviário do centro urbano, está a caminho de sofrer piores consequências, que poderão culminar até no seu completo colapso.

Cabe, no caso, a observação em parte confortadora que o desenvolvimento tem sempre um preço. Ele começa por eliminar ou atenuar problemas antigos, mas, logo cria outros problemas que, por sua vez, se constituem como desafios aos comandantes do processo...

**Comandantes do processo de desenvolvimento** numa determinada região são aquelas autoridades, aqueles líderes, responsáveis pelas diferentes estruturas administrativas, industriais ou de infra-estrutura de serviços implantados na região. Ou sejam as estruturas cuja ação interfere na dinâmica do desenvolvimento.

No caso de Barra do Pirai e considerando em particular esse problema dos longos trens de minério que transitam pela cidade — há duas autoridades que têm, no assunto, uma particular ingerência.

Refiro-me ao Prefeito da Cidade, cujo dever funcional mais importante é preocupar-se com os problemas da urbs e procurar soluções para eles. E a segunda autoridade é, justamente, o Presidente da Rede Ferroviária Federal, a empresa de economia mista cujos trens passam, sem a menor cerimônia, pela parte central da movimentada cidade.

O Prefeito de Barra do Pirai, Sr. Roberto Bichara, acaba de dirigir-se ao General Antônio Adolfo Manta, Presidente da Rede Ferroviária Federal, expondo o problema existente, alvitrando uma solução para ele e

pleiteando o interesse e o apoio do Presidente da Rede para essa solução, uma vez que ela implica em providência que só a Rede pode dar.

Tal providência consiste na construção de uma linha férrea especialmente para as composições de minérios, ligando as estações de Aristides Lobo à Santana de Barra, num trecho de 13 quilômetros. Pronto esse trecho, os imensos trens que trazem o minério de Minas Gerais para o litoral passariam ao largo da Cidade, sem causar transtornos indesejáveis no tráfego urbano e sem poluir o ar respirado pela população.

Mesmo que não houvesse, como há, um problema grave a solucionar — o deslocamento da via férrea para fora do perímetro urbano é providência que se impõe e a Rede Ferroviária deveria estar tratando disso não só em Barra, mas, em todas as cidades servidas por suas linhas.

O traçado da maioria dessas linhas é antigo e, posteriormente à construção delas, as cidades cresceram e as cercaram de ruas e casas.

Outra providência que a Prefeitura de Barra do Pirai solicita à Rede Ferroviária é o estudo da possibilidade de construção de um viaduto no centro da cidade, sobre o ramal de Minas Gerais.

Sr. Presidente. Faço minhas as palavras do Prefeito de Barra do Pirai e também dirijo ao General Antônio Manta e ao Ministro Andreazza um veemente apelo no sentido do pronto atendimento a essa reivindicação de uma cidade e de um Povo que merecem simpatia e respeito, por muitos motivos — inclusive por sua produção industrial e pelo volume dos impostos que pagam ao erário público federal.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Não há mais oradores inscritos.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 19 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, e destinada a apreciação de Projetos de Decreto Legislativo.

Nada mais havendo que tratar, designo para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 1972 (n.º 54-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Presidente da Repúbli-



ca, relativas ao exercício de 1970, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, sob n.º 62, de 1972, da Comissão — de Finanças.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 11, de 1972 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, em seu Parecer n.º 75, de 1972), que suspende a execução da Lei n.º 1.420, de 7 de dezembro de 1955, do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos de decisão do Supremo Tribunal Federal proferido aos 21 de novembro de 1958.

3

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 70, de 1971, de autoria do Sr. Senador Benjamin Farah, que estende à Associação dos Motoristas do Serviço Público Civil (AMOSP) e às entidades congêneres os benefícios da Lei n.º 1.134, de 14 de junho de 1950, tendo

**PARECER**, sob n.º 64, de 1972, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas.)

**DISCURSO PROFERIDO EM 8-5-72, PELO GENERAL-DE-EXÉRCITO WALTER DE MENEZES PAIS, EM NOME DAS FORÇAS ARMADAS, QUANDO DAS COMEMORAÇÕES DO 2.º ANIVERSÁRIO DO DIA DA VITÓRIA, NO MONUMENTO AOS MORTOS DA 2.ª GUERRA MUNDIAL, QUE SE PUBLICA DE ACORDO COM O REQUERIMENTO N.º 19/72, DE AUTORIA DO SENADOR LOURIVAL BAPTISTA, APROVADO NA SESSÃO DE 23-5-72.**

“Mais uma vez reunidos, estamos nós, membros das Forças Armadas do Brasil, a cultivar a memória dos bravos guerreiros da Força Expedicionária. O comparecimento de V. Ex.ª, Senhor Presidente da República, nosso Comandante Supremo, empresta brilho solene e relevo especial a esta homenagem. É o chefe da Nação, a própria Nação ao bem dizer, o alcance da vitória do bem da liberdade. Da vitória da liberdade humana, da vitória da democracia.

Vinte e sete anos são passados. Eramos naquela época um país ainda adolescente, quase perplexo diante dos horizontes nebulosos de um mundo conturbado por guerra insana. Porém a fé, a fibra da nossa gente, a inspiração da cruz de Cristo, o colorido contagiante do verde e amarelo,

o amor pela felicidade de nossos filhos, que havemos de querer livres e dignos, tudo isto apontou-nos o caminho certo. E nem poderia ser de outra forma. Mesmo nas horas duvidosas e incertas, o Brasil sempre se houve com extrema dignidade e coerência.

Democratas por tradição e convicção, não nos dobramos à dor dos torpedamentos, nem à voz da metralha nazi-fascista. Acima de tudo, importavam a perenidade da pátria e a dignidade de uma gente que só consegue viver livre, e sob o signo da cristandade. Das vigílias do litoral, das patrulhas perigosas nos mares, das missões aéreas sempre arriscadas, partimos para longe, onde palmilhando solo difícil que desconhecíamos, enfrentamos inimigo forte e a guerrilha.

Aproamos nossas quilhas para rotas mais perigosas, alcançamos nossas asas por sobre montanhas geladas, onde lutavam pela democracia homens de diversas nações.

Em nós, confiaram os compatriotas que, nos lares, nas escolas, nos campos, nas fábricas e nos escritórios, lutavam também, pela construção da grandeza da Pátria. Hoje, na continência aos heróis lá tombados, no respeito ao seu sacrifício, na dignificação da tenacidade brasileira, comemoramos a vitória conquistada nos campos europeus, também regados pelo nosso generoso sangue.

Vitória dos ideais da liberdade sobre o totalitarismo. Vitória que se prolonga, que se perpetua no caminho agora vigoroso do desenvolvimento, na tranquilidade da família brasileira, na convicção de soberania tão arraigada em nossa gente, determinada e laboriosa.

Aqui estamos e estaremos sempre, Senhor Presidente, atendendo ao chamamento da nossa História. Hoje como ontem, com o mesmo devotamento, a mesma firmeza, o mesmo entusiasmo, a mesma fidelidade e o mesmo espírito de renúncia. A mesma fé nos destinos da pátria grande que todos ajudamos a construir. Nós, as Forças Armadas, Senhor Presidente, que também somos povo e também somos o próprio Brasil.”

**DISCURSO PROFERIDO PELO SENADOR VIRGÍLIO TAVORA NA SESSÃO DE 22-5-72, QUE SE RE-PUBLICA POR Haver Saído Com Incorreções NO DCN (Seção II) DE 23-5-72.**

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Tem a palavra o nobre Senador Virgílio Távora.

**O SR. VIRGÍLIO TAVORA** — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do Orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores, em dias da semana passada, ocasião tivemos de trazer ao conhecimento desta Casa a atuação, pe-

las propostas apresentadas, da Delegação brasileira à CACTAL, Conferência que, para grande satisfação de nós brasileiros e mais ainda daqueles que residem na Capital Federal, vem de se processar nesta Cidade. Sexta-feira última foi seu encerramento e, aqui, gratos nos é, mais uma vez, repisar a importância que esse conclave teve para o futuro dos povos sul-americanos, a tomada de consciência que essas diversas nações tiveram, não em termos demagógicos, mas práticos, consubstanciada em resoluções, em propostas objetivas e de execução factível. Grato nos é dizer daquilo que foi a participação nossa, a participação de nossa gente e aquilo que a Conferência nos deve.

O assunto é longo, Sr. Presidente. Certo estamos de não poder abrange-lo só na oração que hoje proferiremos.

Inicialmente vimos o desempenho de uma Delegação, em termos de eficiência, mostrando longa e esmerada preparação para o encontro.

Aquele primeiro pronunciamento do Sr. Ministro Reis Velloso, do Planejamento, Orientador e Chefe da Representação brasileira, teria coerentemente, como consequência, a apresentação de uma série de proposições, às quais já fizemos alusão no discurso da semana passada, e, discutidas, debatidas e votadas em plenário, formaram como que o corpo do documento conhecido como o “Consenso de Brasília”, da CACTAL: isto é, o somatório de aspirações mínimas no setor do desenvolvimento tecnológico e científico das nações subdesenvolvidas.

Assim, Sr. Presidente, gostaríamos de fazer uma síntese, hoje, deste discurso que consideramos fundamental para a orientação futura do continente sul-americano em particular, das nações latino-americanas em geral, na trilha a seguir.

O Sr. Ministro do Planejamento nos apresentou, em primeiro lugar, três premissas básicas que serviriam como que de embasamento de todo o raciocínio que, por sua vez, norteou as proposições e, futuramente, as conclusões maiores dessa Conferência:

I — Incontestável é hoje o efeito revolucionário da ciência e da tecnologia sobre a vida e a sociedade moderna, que no campo econômico, se manifesta principalmente sob três formas:

a) “O crescimento econômico tende a ser cada vez mais determinado pelo progresso tecnológico que passou a condicionante fundamental do poder de competição dos países e das empresas.”

b) “As novas áreas tecnológicas e as novas indústrias intensivas de tecnologia (energia nuclear, pesquisa espacial, eletrodinâmica, ci-

bernética, indústria aeronáutica, indústria química) tendem a exigir investimentos em pesquisa com caráter maciço e de alto risco", portanto, recursos especiais não de ser alotados a esses setores praticamente assunto perdido. Aduz S. Ex.ª:

"E a inovação tecnológica, em número crescente de setores, tende a oferecer grandes oportunidades de economia de escala, significando a necessidade de fusão de empresas ou de novos projetos em grande dimensão e com longo período de maturação."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, significativa a necessidade de recursos amplos, de investimentos de não rápido ressarcimento.

c) "Os progressos realizados pela navegação marítima e aérea, nas comunicações, na criação de sucedâneos sintéticos, alteraram as vantagens comparativas entre os povos, reduzindo a importância relativa, na localização industrial, da disponibilidade de matérias-primas e, em geral, dos fatores de caráter estático — como terra e quantidade de mão-de-obra — permitindo, assim, a países desprovidos de recursos naturais, como o Japão, a tomarem a dianteira e transformarem-se em grandes potências industriais que hoje o são.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como decorrência desse raciocínio frio do 3.º subitem do 1.º item das conclusões do Sr. Ministro do Planejamento, a região tão desprovida de recursos naturais, tão castigada pelo clima como é aquela do Nordeste brasileiro, tem na tecnologia, na ciência, na aplicação exata daquilo que foi a política japonesa, respeitadas as peculiaridades do meio, de um e de outro caso, em caminho apontado a seguir e ao mesmo tempo esperança do Progresso.

II — No terreno social, também de forma revolucionária, além da significação da tecnologia como instrumento para dar acesso a grandes contingentes da população a bens manufaturados, produtos agrícolas e serviços de toda a ordem; inovações permeiam a sociedade moderna em todas as suas manifestações e tendem para aquilo que chamamos de igualitarismo."

III — "As sociedades subdesenvolvidas e, em particular, os países latino-americanos, até pouco tempo, tendiam a assumir atitude passiva em relação à escalada tecnológica dos nossos dias. Nessa atitude passiva — seja no sentido de realizar o crescimento pela simples importação de tecnologia, seja pela negligência em relação

aos efeitos poluidores da expansão industrial e urbana sem controle —, está a raiz do que se poderia, validamente, considerar uma dependência tecnológica, hoje já bastante diminuída. Dependência que se exprimia, essencialmente, pela ausência de condições para realizar uma política tecnológica nacional: ausência de definição de prioridades, resultantes da estratégia econômica e social, para concentração do esforço de pesquisa e orientação da absorção de tecnologia do exterior; ausência de uma estrutura de ciência e tecnologia capaz de receber, adaptar e criar conhecimento tecnológico, em proporções que, variando conforme o setor, representem a melhor alternativa do ponto de vista do interesse nacional; ausência de posição definida quanto às regras do jogo da transferência internacional de tecnologia."

Algumas tarefas principais, consequentemente, se impõem, no campo interno.

(1) "Antes de tudo, colocar a ciência e tecnologia para trabalhar, dentro dos horizontes amplos da sociedade que se deseja construir. Assim, a partir dos objetivos econômicos e sociais do País, será preciso criar os mecanismos operativos que assinem ao sistema de ciência e tecnologia as missões prioritárias que lhe cabem, em função das necessidades de crescimento econômico — na indústria, na agricultura, na infra-estrutura —, do desenvolvimento regional, do desenvolvimento social, da melhoria de distribuição de renda, do controle do meio-ambiente. Em suma, sua colaboração para a humanização da cidade, e principalmente dos grandes aglomerados urbanos, sem abrir mão da industrialização acelerada: e, também, a humanização — por que não dizer? — da sociedade rural, possivelmente ainda mais poluída para o trabalhador que nela opera."

(2) "Em seguida, engajar na política tecnológica o sistema produtivo — isto é, a empresa, pública e privada, nacional e multinacional —, em estreita articulação com o poder público e com as instituições de pesquisa, como condição fundamental para que o desenvolvimento realmente comande o sistema."

(3) "E, indo mais adiante, criar os instrumentos, principalmente financeiros e fiscais, que permitam dotar o estudo da ciência e da tecnologia de estruturas sólidas, flexíveis e modernas, operando com **management** e com quadros humanos em bases empresariais, mesmo quando o obje-

tivo da pesquisa tenha apenas sentido social."

E com que satisfação, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nós vimos todos os pontos básicos defendidos pela nossa delegação, cuja sirtese admirável aqui foi feita neste discurso do Ministro Reis Velloso, serem aceitos pela Conferência sul-americana atrás referida, e constarem naquele documento cujas linhas gerais procuraremos hoje apenas abordar, pela exiguidade de tempo que temos à nossa disposição. Que orgulho, Sr. Presidente, repetimos, desculpem-nos a redundância, temos de ver que todos, mas todos estes tópicos foram aprovados e transformados em Recomendações pela CACTAL, no documento chamado "Consenso de Brasília", somadora de itens não com divagações filosóficas, mas apenas com medidas, com proposições e com determinações e linhas de ação a serem seguidas.

Uma rápida apresentação do documento, no que tange às "Definições programáticas". O item I: Atividades de coordenação. O item II: Atividades de avaliação e revisão. O item III: Atividades de planejamentos. O item IV: Atividades de ações específicas recomendadas pela CACTAL. O item V: Recomendações a outros organismos internacionais, e o item VI, finalmente: Recomendações aos países desenvolvidos.

Gostariamos de aqui chamar a atenção da Casa, ao poupá-la de uma enumeração que é longa e, portanto, um pouco fastidiosa, que, ao final dessa reunião, saiu um compromisso. O compromisso de marcharem unidas as Nações Latino-Americanas, em busca de um aprimoramento tecnológico e científico, o compromisso de planejar esse desenvolvimento, o compromisso de não criar mais órgãos paralelos a tantos outros que já existem e que apenas oneram os recursos disponíveis que são poucos. O compromisso de alocar cada país participante desse conclave, para o aprimoramento citado, o compromisso de lutarem junto aos diferentes órgãos internacionais de que participes são os membros da conferência, para que neles sejam considerados os interesses, sejam levadas em conta as necessidades, sejam considerados aquilo que chamamos as reivindicações básicas de todas as nações latino-americanas, o compromisso de ação, junto aos países desenvolvidos para que passem da teoria para a prática, da promessa para as realizações materiais e que o **gap** tecnológico, que hoje, cada vez mais, se preocupa acentuar, seja, pelo menos, paralisado, se não diminuído, o compromisso enfim de que a posse da tecnologia não seja aceita por nenhum dos Estados-Membros como um privilégio dos países ricos, dos países desenvolvidos.

Sr. Presidente, quando aqui falamos em tecnologia, em desenvolvi-

mento, em progresso, precisamos nos ufanar do papel que hoje o Brasil representa no conjunto latino-americano; do lutar que nos está destinado, num porvir que já não distante e, principalmente, daquilo que já podemos apresentar.

Longa foi a caminhada, desde 64. Um homem coragem teve de arrostar a impopularidade, de não desejar ser amado, mas procurar criar aquele embasamento necessário, os instrumentos institucionais que possibilitariam os governos que lhe sucederam levar o país à arrancada para o porvir a que hoje assistimos. Neste momento em que, com tanta ufanía, podemos aqui ressaltar o papel que o nosso País desempenhou na conferência recém-finda, devemos, voltando ao passado, fazer referência à memória de Humberto de Alencar Castello-Branco que, numa antevisão profética, deu aos setores considerados, ao setor da tecnologia, o tratamento necessário para que hoje ele se apresentasse entre nós, se não como uma realidade palpitante, mas como uma esperança breve cujos frutos primeiros já colhemos.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, na hora em que encerrada está a CACTAL, em que breve sairão os ditirambos, em países dos mais diversos, à atuação dos seus respectivos delegados, gostaríamos de aqui deixar bem dito que o Brasil, nessa conferência, mostrou realmente que está no caminho certo do seu desenvolvimento tecnológico. E neste momento, mais uma vez, render um preito de homenagem àquele dirigente da Nação que, criando os meios necessários, pela vez primeira sentiu a tecnologia como condicionante do nosso porvir radiante. Sr. Presidente, referim-nos mais uma vez ao falecido Presidente Humberto de Alencar Castello-Branco. (Muito bem! Palmas.)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR VIRGÍLIO TAVORA EM SEU DISCURSO.

#### PRINCIPAIS RESOLUÇÕES DA CACTAL, CONSUBSTANCIADAS NO "CONSENSO DE BRASÍLIA"

##### 1. Atividades de coordenação

A CACTAL considerou necessário poder contar com uma apropriada coordenação e vinculação entre o Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura (CIEEC) e o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), bem como entre suas Comissões Executivas Permanentes ... (CEPCIECC e CIAP) com o propósito de evitar a duplicidade de atividades, facilitar as ações e participar de uma avaliação permanente dos programas de desenvolvimento científico e tecnológico da região.

Com esta finalidade, e de acordo com os artigos 34, alínea C do Estatuto da CIEEC e 31, alínea H do Es-

tatuto da CIES, recomenda-se que a CEPCIECC e o CIAP estabeleçam um mecanismo permanente para coordenar todos os programas da Organização relacionados com a aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento.

##### 2. Atividades de avaliação e revisão

Com o objetivo de avaliar, revisar e propor aos órgãos pertinentes da OEA critérios para reestruturar o Programa Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e todos os demais programas da organização vinculados à aplicação da ciência e da tecnologia ao desenvolvimento, ficou abordado a constituição de um grupo de técnicos designados por cada um dos Estados Membros, ao qual serão cometidas tais funções. Os técnicos deverão, além disso, estabelecer procedimentos capazes de instrumentar acordos resultantes da Conferência, visando ao aperfeiçoamento de tais programas no sentido da colaboração com os planos nacionais da ciência e de tecnologia e facilitar a incorporação de seus resultados às atividades sócio-econômicas. Para essa finalidade dever-se-á levar em conta as prioridades em matéria de ciência e de tecnologia fixadas pelos governos.

##### 3. Atividades de planejamento

A CACTAL aprovou a formulação de um Plano Integrado de Ciência e de Tecnologia, de caráter indicativo, que resuma as prioridades nacionais, que deverão ser atendidas em primeiro lugar, respeitando a hierarquização estabelecida por país, assinalando-se, além disso, as áreas de interesse comum.

##### 4. Ações específicas recomendadas pela CACTAL

A CACTAL acordou, entre outras importantes decisões, numerosas medidas concretas de ação a serem recomendadas aos Estados Membros da Organização, aos organismos do Sistema Interamericano, aos países alheios ao Sistema, que prestam assistência ao desenvolvimento científico-tecnológico da América Latina, e a outras organizações internacionais que atuam na região como meios para impulsionar a aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina.

##### Recomendações

1. A CACTAL recomendou aos estados membros o estabelecimento de mecanismos financeiros para:

I. Conceder bolsas de estudo e crédito para a educação, com o objetivo de atrair estudantes para carreira de primeira prioridade para o desenvolvimento;

II. permitir o intercâmbio entre as universidades de pessoal docente e de estudantes;

III. financiar bolsas de estudo e proporcionar meios materiais e financeiros para o trabalho do bolsista, ao regressar ao seu país.

2. Criação de centros de orientação sobre mercados de trabalho.

3. Destinação de recursos para ciência e tecnologia, por programas.

4. Criação e fortalecimento de escritórios de avaliação e de formulação de projetos tecnológicos.

5. Introdução de métodos modernos de administração nos institutos de pesquisa bem como de mecanismos de fácil comunicação entre os setores de produção.

6. Estudar a possibilidade de realizar contribuições orçamentárias plurianuais para os institutos de pesquisa no setor público e liberação de dotação dos donativos e recursos resultantes de vendas de serviços, patentes, etc.

7. Estabelecer uma base institucional para estudos conjuntos dos setores econômico-sociais e científico-tecnológico para a identificação de problemas específicos do desenvolvimento a serem tratados mediante um esforço tecnológico.

8. Estabelecimento de planos concertados de pesquisa científica e tecnológica.

9. Estabelecimento de instituições de pesquisa em área prioritária do desenvolvimento, tais como:

i. Atendimento às populações de áreas rurais e urbanas marginalizadas.

ii. Normas de exportação.

iii. Aproveitamento de recursos naturais.

iv. Modernização e incentivo às atividades artesanais e da pequena indústria.

10. Criação de centros especializados em matéria de desenvolvimento e de comercialização de novos produtos.

11. Estabelecer centros de produtividade, de normalização técnica, de metrologia, de controle e de garantia de qualidade, bem como instituições de assistência à pequena e média indústria.

12. Estabelecer mecanismos que abranjam toda a gama dos problemas relacionados com a transferência da tecnologia.

13. Considerar o estabelecimento de empresas multinacionais latino-americanas que criem, adaptem e comercializem a tecnologia.

14. Estabelecimento de sistemas ativos de informação, que abranjam: centros de documentação; serviços especializados para seleção, análise e divulgação de informações para a pe-

quena e média indústria, bem como para os setores de produção.

15. Fortalecimento dos organismos institucionais para a formulação das políticas de ciência e de tecnologia, devidamente integradas ao planejamento global do desenvolvimento. Localização das mesmas num alto nível da estrutura política e administrativa do governo.

16. Estabelecimento de mecanismos de avaliação e de coleta de dados para a política científica e tecnológica.

17. Análise, em cada país e por meio dos órgãos pertinentes ou das comissões nacionais da CACTAL, das resoluções da CACTAL.

18. Tomar em consideração todas as propostas da CACTAL.

#### Aos Organismos do Sistema Interamericano

1. Estabelecer procedimentos para ajustes periódicos das atividades financiadas pelo FEMCIECC.

2. Considerar o estabelecimento de um sistema integrado de metodologia e de mensuração.

3. Orientação do Projeto-Piloto de Transferência de Tecnologia de acordo com o que foi recomendado na CACTAL.

4. Estudar o estabelecimento de um sistema regional de bancos de patentes.

5. Estabelecer a cooperação na aquisição e processamento do material bibliográfico.

6. Compatibilizar as ações da OEA em consulta com o UNISIT.

7. Levantar em consideração todas as propostas da CACTAL.

#### A outros organismos internacionais

1. Realização de colóquios especializados técnico-práticos entre as diferentes áreas científicas e tecnológicas.

2. Coordenação de suas atividades em relação com a transferência da tecnologia.

3. Estudo da legislação internacional para regulamentar a transferência da tecnologia.

4. Proporcionar assistência externa baseada no planejamento científico-tecnológico nacional.

5. Introduzir a máxima flexibilidade no financiamento das atividades científicas e tecnológicas, dando origem a novas modalidades, como sejam os empréstimos por programas e as contribuições triangulares.

6. Instá-los a levar em conta as propostas da CACTAL.

#### Aos países desenvolvidos

1. Cooperar com os países da América Latina para melhorar suas capacidades de aquisição, de absorção e de divulgação sobre tecnologias, criando mecanismos internacionais de informação sobre tecnologias disponíveis e proporcionando-lhes também assistência técnica apropriada.

2. Conceder incentivos às suas empresas para que facilitem a transmissão de conhecimentos técnicos patenteados e não patenteados aos países

da América Latina em condições não restritivas e a baixo custo.

3. Estimular suas empresas e as filiais radicadas na América Latina no sentido de que utilizem a tecnologia, que elevem ao máximo a utilização racional de recursos naturais e de mão-de-obra local dos países da região e transmitir permanentemente ao país receptor da tecnologia, seus conhecimentos acerca de especificações, métodos de produção e técnicas em geral.

4. Apoiar os países da América Latina no tocante à aplicação e à adaptação da tecnologia para suas estruturas de produção e necessidades sociais, proporcionando-lhes cooperação no campo da informação, da assistência técnica, do planejamento, da gestão empresarial e de comercialização; e colaboração financeira em condições compatíveis com as características de seus programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica.

5. Promover o estabelecimento, no âmbito latino-americano, de consultas e de negociações multilaterais, destinadas a acordar modalidades de transferência de tecnologia que reduzam os custos e eliminem as práticas comerciais restritivas, na transferência internacional de tecnologia.

6. Várias outras resoluções sobre cooperação financeira internacional para a América Latina.

7. Instá-los a tomar em consideração as propostas da CACTAL.

(Excertos retirados do Correio Brasileiro de 20-5-72).

## ATA DAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### ATA DA 7.ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1972

As 15:00 horas do dia 17 de maio de 1972, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senador Daniel Krieger, presentes os Senadores Accioly Filho, Helvídio Nunes, Gustavo Capanema, Heitor Dias, José Augusto, José Lindoso, Arnon de Mello, Osires Teixeira e Nelson Carneiro, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senadores Eurico Rezende, Wilson Gonçalves, José Sarney e Antônio Carlos.

Lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Helvídio Nunes que relata as seguintes proposições: pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado n.º 12/72 — Fixa prazo para filiação partidária, e dá outras providências. Em discussão, o parecer é muito debatido e em seguida aprovado. Continuando o Senador Helvídio Nunes considera constitucional e jurídico o Projeto de Lei do Senado n.º 11/72 — Extingue o cargo de Superintendente do Serviço Gráfico do Senado Federal, que é aprovado por unanimidade.

A seguir, o Senador Heitor Dias apresenta parecer ao Projeto de Lei do Senado n.º 13/72 — Estabelece prazo para escolha e registro de candidatos às eleições de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores, concluindo pela sua constitucionalidade e juridicidade. A matéria após prolongado debate é aprovada, sem quaisquer restrições. Ainda com a palavra, o Senador Heitor Dias dá pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Resolução apresentado pela Comissão de Finanças ao Ofício n.º S-11/72 do Governador do Estado da Bahia, que é aceito unanimemente.

Prosseguindo nos trabalhos, o Senador José Lindoso relata a Emenda n.º 2 — substitutiva, apresentada em Plenário ao Projeto de Lei do Senado n.º 4/72 — Altera a redação do parágrafo único do art. 33 da Lei n.º 5.682, de 1971, que dispõe sobre o **quorum** mínimo nas convenções municipais, julgando-a constitucional, jurídica e conveniente. Após prolongados debates o parecer é aprovado, votando com restrições o Senador Nelson Carneiro.

Com a palavra, o Senador José Augusto lê os seguintes pareceres: constitucional e jurídico o Projeto de Lei do Senado n.º 8/72 — Complementar — Dispõe sobre a forma de fiscalização financeira, pelo Congresso Nacional, dos órgãos de administração pública e pela constitucionalidade e juridicidade, mas pela rejeição quanto ao mérito, do Projeto de Lei do Senado n.º 94/71 — Proíbe,

na admissão, contratação ou qualquer outra forma de relação empregatícia, discriminação fundada em omissão ou elemento constante de certidão de nascimento, sob as penas que comina. Em discussão e votação, é aprovado o Projeto de Lei do Senado n.º 94/71 e dada vista ao Senador Nelson Carneiro do Projeto de Lei do Senado n.º 8/72 — Complementar.

O Senador Arnon de Mello relata pela constitucionalidade e juridicidade, com Projeto de Resolução, do Ofício n.º S-13/72 (11/72-P/MC) do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Representação n.º 866, Estado de Goiás, que é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### COMISSÃO MISTA

Para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 28, de 1972 (CN) que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.216, de 9 de maio de 1972, que "dispõe sobre a entrega das parcelas, pertencentes aos Municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias".

#### ATA DA 1.ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 1972

Às 16 horas do dia 23 de maio de 1972, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senadores José Lindoso, Magalhães Pinto, Arnon de Mello, Helvídio Nunes, Geraldo Mesquita, Cattete Pinheiro, Accioly Filho, Guido Mondin, Wilson Gonçalves, Dinarte Mariz, Ruy Carneiro e Deputados Monteiro de Barros, Arthur Santos, Eurico Ribeiro, Dyrno Pires, Fernando Magalhães e Amaury Müller, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 28, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.216, de 9 de maio de 1972, que "dispõe sobre a entrega das parcelas, pertencentes aos Municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias".

Cumprindo determinação do parágrafo segundo do artigo dez, do Regimento Comum, o Senador Wilson Gonçalves assume a Presidência e declara instalada a Comissão, determinando, em obediência a preceito regimental, as providências necessárias para se proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Após a distribuição das cédulas, são convidados para escrutinadores os Deputados Dyrno Pires e Fernando Magalhães.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

#### Para Presidente

Senador Dinarte Mariz ..... 16 votos  
Em branco ..... 1 voto

#### Para Vice-Presidente

Deputado Sylvio Barros ..... 16 votos  
Em branco ..... 1 voto

O Senhor Presidente declara eleitos o Senador Dinarte Mariz e Deputado Sylvio Barros, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Assumindo a Presidência, o Senador Dinarte Mariz designa Relator da matéria o Deputado Arthur Santos.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros. — José Lindoso — Magalhães Pinto — Arnon de Mello — Helvídio Nunes — Geraldo Mesquita — Cattete Pinheiro — Accioly Filho — Guido Mondin — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Monteiro de Barros — Arthur Santos — Eurico Ribeiro — Dyrno Pires — Fernando Magalhães — Amaury Müller.

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Dinarte Mariz  
Vice-Presidente: Deputado Sylvio Barros  
Relator: Deputado Arthur Santos

#### ARENA

##### Senadores

1. José Lindoso
2. Magalhães Pinto
3. Arnon de Mello
4. Helvídio Nunes
5. Geraldo Mesquita
6. Cattete Pinheiro
7. Accioly Filho
8. Guido Mondin
9. Wilson Gonçalves
10. Dinarte Mariz

##### Deputados

1. Monteiro de Barros
2. Arthur Santos
3. Airon Rios
4. Paulino Cicero
5. Dyrno Pires
6. Eurico Ribeiro
7. Fernando Magalhães
8. José Alves

#### MDB

- |                 |                  |
|-----------------|------------------|
| 1. Ruy Carneiro | 1. Sylvio Barros |
|                 | 2. Amaury Müller |
|                 | 3. João Arruda   |

#### CALENDÁRIO

Dia 22-5-72 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta; Até dia 11-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110 do Regimento Comum.

Prazo: Até dia 11-6-72, na Comissão Mista; Até dia 9-7-72, no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º Andar — Anexo do Senado Federal — Secretária — Maria Helena Bueno Brandão — Fone: 24-81-05, Ramais 305 e 303.

M E S A		LIDERANÇA DO PARTIDO E DA MAIORIA
Presidente:	4.º-Secretário:	Líder:
Petrônio Portella (ARENA — PI)	Duarte Filho (ARENA — RN)	Filinto Müller (ARENA — MT)
1.º-Vice-Presidente:	1.º-Suplente:	Vice-Líderes:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)	Renato Franco (ARENA — PA)	Ruy Santos (ARENA — BA)
2.º-Vice-Presidente:	2.º-Suplente:	Eurico Rezende (ARENA — ES)
Ruy Carneiro (MDB — PB)	Benjamin Farah (MDB — GB)	Antônio Carlos (ARENA — SC)
1.º-Secretário:	3.º-Suplente:	Dinarte Mariz (ARENA — RN)
Ney Braga (ARENA — PR)	Lenoir Vargas (ARENA — SC)	José Lindoso (ARENA — AM)
2.º-Secretário:	4.º-Suplente:	Saldanha Derzi (ARENA — MT)
Clodomir Milet (ARENA — MA)	Teotônio Vilela (ARENA — AL)	Osires Teixeira (ARENA — GO)
3.º-Secretário:		LIDERANÇA DA MINORIA
Guido Mondin (ARENA — RS)		Líder:
		Nelson Carneiro (MDB — GB)
		Vice-Líderes:
		Danton Jobim
		Adalberto Sena

## COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini  
Local: 11.º andar do Anexo  
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

## A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes  
Local: Anexo — 11.º andar  
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

## 1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra  
Vice-Presidente: Mattos Leão

## TITULARES

Antônio Fernandes  
Vasconcelos Torres  
Paulo Guerra  
Daniel Krieger  
Flávio Brito  
Mattos Leão

SUPLENTE  
ARENA

Tarso Dutra  
João Cleofas  
Fernando Corrêa

## MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303  
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas  
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara  
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

## TITULARES

José Guimard  
Waldemar Alcântara  
Dinarte Mariz  
Wilson Esteves  
José Esteves  
Benedito Ferreira

SUPLENTE  
ARENA

Saldanha Derzi  
Osires Teixeira  
Lourival Baptista

## MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312  
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas  
Local: Auditório.

## 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger  
Vice-Presidente: Accioly Filho

## TITULARES

José Lindoso  
José Sarney  
Emival Caiado  
Helvidio Nunes  
Antônio Carlos  
Eurico Rezende  
Heitor Dias  
Gustavo Capanema  
Wilson Gonçalves  
José Augusto  
Daniel Krieger  
Accioly Filho

## SUPLENTE

## ARENA

Orlando Zancaner  
Arnon de Mello  
João Calmon  
Mattos Leão  
Vasconcelos Torres

Carvalho Pinto  
MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305  
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas  
Local: Auditório.

## 4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro  
Vice-Presidente: Adalberto Sena

## ARENA

## TITULARES

Dinarte Mariz  
Eurico Rezende  
Cattete Pinheiro  
Benedito Ferreira  
Osires Teixeira  
Fernando Corrêa  
Saldanha Derzi  
Heitor Dias  
Antônio Fernandes  
Emival Caiado

## SUPLENTE

Paulo Tôres  
Luiz Cavalcante  
Waldemar Alcântara  
José Lindoso  
Filinto Müller

## MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306  
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.



**5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Brito
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvidio Nunes	
Luiz Cavalcante	

**MDB**

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

**6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvidio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

**MDB**

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emival Caiado
Ruy Santos	Flávio Brito
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

**MDB**

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	
Danton Jobim	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

**8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Tôrres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

**MDB**

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

**TITULARES****SUPLENTES****ARENA**

Arnon de Mello	Paulo Guerra
Luiz Cavalcante	Antônio Fernandes
Leandro Maciel	José Guimard
Milton Trindade	
Domicio Gondim	
Orlando Zancaner	

**MDB**

Benjamin Farah	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

**TITULARES****SUPLENTES****ARENA**

Antônio Carlos	Cattete Pinheiro
José Lindoso	Wilson Gonçalves
Filinto Müller	
José Augusto	

**MDB**

Danton Jobim	Adalberto Sena
--------------	----------------

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

Local: Auditório.

**11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

**TITULARES****SUPLENTES****ARENA**

Carvalho Pinto	Milton Cabral
Wilson Gonçalves	Fausto Castello-Branco
Filinto Müller	Augusto Franco
Fernando Corrêa	José Lindoso
Antônio Carlos	Ruy Santos
Arnon de Mello	Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto	Jessé Freire
Accioly Filho	Virgílio Távora
Saldanha Derzi	
José Sarney	
Lourival Baptista	
João Calmon	

**MDB**

Franco Montoro	Amaral Peixoto
Danton Jobim	
Nelson Carneiro	

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

**TITULARES****SUPLENTES****ARENA**

Fernando Corrêa	Saldanha Derzi
Fausto Castello-Branco	Wilson Campos
Cattete Pinheiro	Celso Ramos
Lourival Baptista	
Ruy Santos	
Waldemar Alcântara	

**MDB**

Adalberto Sena	Benjamin Farah
----------------	----------------

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Tôrres  
Vice-Presidente: Flávio Brito

**TITULARES**

**SUPLENTES**

**ARENA**

Paulo Tôrres	Alexandre Costa
José Lindoso	Orlando Zancaner
Virgílio Távora	Milton Trindade
José Gulomard	
Flávio Brito	
Vasconcelos Torres	

**MDB**

Benjamin Farah	Amaral Peixoto
----------------	----------------

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.  
Local: Auditório.

**14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**  
— (CSPC)  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Amaral Peixoto  
Vice-Presidente: Tarso Dutra

**TITULARES**

**SUPLENTES**

**ARENA**

Tarso Dutra	Magalhães Pinto
Augusto Franco	Gustavo Capanema
Celso Ramos	Paulo Guerra
Osires Teixeira	
Heitor Dias	
Jessé Freire	

**MDB**

Amaral Peixoto	Benjamin Farah
----------------	----------------

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Leandro Maciel  
Vice-Presidente: Alexandre Costa

**TITULARES**

**SUPLENTES**

**ARENA**

Leandro Maciel	Dinarte Mariz
Alexandre Costa	Benedito Ferreira
Luiz Cavalcante	Virgílio Távora
Milton Cabral	
Geraldo Mesquita	
José Esteves	

**MDB**

Danton Jobim	Benjamin Farah
--------------	----------------

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal  
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção  
LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

## NÚMEROS PUBLICADOS:

	Cr\$
— março, n.º 1 (1964) .....	5,00
— junho, n.º 2 (1964) .....	5,00
— setembro, n.º 3 (1964) .....	esgotada
— dezembro, n.º 4 (1964) .....	5,00
— março, n.º 5 (1965) .....	5,00
— junho, n.º 6 (1965) .....	5,00
— setembro, n.º 7 (1965) .....	5,00
— dezembro, n.º 8 (1965) .....	esgotada
— março, n.º 9 (1966) .....	"
— junho, n.º 10 (1966) .....	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 10 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

	Cr\$
— setembro, n.º 11 (1966) .....	esgotada
— outubro a dezembro, n.º 12 (1966) .....	"
— janeiro a junho, n.ºs 13 e 14 (1967) .....	"
— julho a dezembro, n.ºs 15 e 16 (1967) .....	5,00
— janeiro a março, n.º 17 (1968) .....	5,00
— abril a junho, n.º 18 (1968) .....	5,00
— julho a setembro, n.º 19 (1968) .....	5,00
— outubro a dezembro, n.º 20 (1968) .....	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 20 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar)

ANO VI — N.º 21 — JANEIRO A MARÇO  
DE 1969 — Cr\$ 5,00

## COLABORAÇÃO

O Direito Financeiro na Constituição de 1967

Ministro Aliomar Baleeiro

O Direito Penal na Constituição de 1967

Professor Luiz Vicente Cernicchiaro

Abuso de Poder das Comissões Parlamentares de Inquérito

Professor Roberto Rosas

O Tribunal de Contas e as Deliberações sobre Julgamento da Legalidade das Concessões

Doutor Sebastião B. Affonso

Controle Financeiro das Antarquias e Empresas Públicas

Doutor Heitor Luz Filho

## DOCUMENTAÇÃO

Suplência

Norma Izabel Ribeiro Martins

## PESQUISA

O Parlamentarismo na República

Sara Ramos de Figueiredo

ANO VI — N.º 22 — ABRIL A JUNHO  
DE 1969 — Cr\$ 5,00

## COLABORAÇÃO

O Direito Processual na Constituição de 1967

Professor Francisco Manoel Xavier de Albuquerque

Tratamento Jurídico das Revoluções

Doutor Clóvis Ramallete

O Negócio Jurídico Intitulado "Fica" e seus Problemas

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

Dos Recursos em Ações Acidentárias

Doutor Paulo Guimarães de Almeida

## PROCESSO LEGISLATIVO

Vetos — Legislação do Distrito Federal

Jesse de Azevedo Barquero e Santyno Mendes dos Santos

## DOCUMENTAÇÃO

Regulamentação das Profissões — Técnico de Administração e Economista

## PESQUISA

Capitais Estrangeiros no Brasil

Ivo Sequeira Batista

ANO VI — N.º 23 — JULHO A SETEMBRO  
DE 1969 — Cr\$ 5,00

## COLABORAÇÃO

Da Função da Lei na Vida dos Entes Paraestatais

Deputado Rubem Nogueira

Do Processo das Ações Sumárias Trabalhistas

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

Aspectos do Controle da Constitucionalidade das Leis

Professor Roberto Rosas

Disponibilidade Gráfico-Editorial da Imprensa Especializada

Professor Roberto Átila Amaral Vieira

## DOCUMENTAÇÃO

A Presidência do Congresso Nacional — Incompatibilidades

Sara Ramos de Figueiredo

A Profissão de Jornalista

Fernando Giuberti Nogueira

ANO VI — N.º 24 — OUTUBRO A DEZEMBRO  
DE 1969 — Cr\$ 10,00

## COLABORAÇÃO

Inconstitucionalidade de Decretos-leis sobre Inelegibilidades

Senador Josaphat Marinho

Aspectos do Poder Judiciário Americano e Brasileiro

Professor Paulino Jacques

Mandatum in Rem Suam

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

Aspectos dos Tribunais de Contas

Professor Roberto Rosas

## CÓDIGOS

### CÓDIGO PENAL

1.ª parte:

I — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria

II — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940)

III — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969)

### CÓDIGO PENAL

2.ª parte: Quadro Comparativo

Decreto-lei n.º 1.004/69 e Decreto-lei n.º 2.848/40, com legislação correlata

Leyla Castello Branco Rangel

**ANO VII — N.º 25 — JANEIRO A MARÇO  
DE 1970 — Cr\$ 10,00**

**HOMENAGEM**

Senador Aloysio de Carvalho Filho

**COLABORAÇÃO**

**Evolução Histórica e Perspectivas Atuais do Estado**  
Professor Wilson Accioli de Vasconcellos

**A Suprema Corte dos Estados Unidos da América**  
Professor Geraldo Ataliba

**A Eterna Presença de Rui na Vida Jurídica Brasileira**  
Professor Otto Gil

**X Congresso Internacional de Direito Penal**  
Professora Armida Bergamini Miotto

**A Sentença Normativa e sua Classificação**  
Professor Paulo Emílio Ribeiro Vilhena

**PROCESSO LEGISLATIVO**

**DECRETOS-LEIS**

Jesse de Azevedo Barquero

**DOCUMENTAÇÃO**

**Advocacia — Excertos Legislativos**  
Adolfo Eric de Toledo

**CÓDIGOS**

**Código de Direito do Autor**  
Rogério Costa Rodrigues

**ANO VII — N.º 26 — ABRIL A JUNHO DE 1970 — Cr\$ 10,00**

**COLABORAÇÃO**

**Inconstitucionalidade do Decreto-lei sobre Censura Prévia**  
Senador Josaphat Marinho

**Sociologia das Regiões Subdesenvolvidas**  
Professor Pinto Ferreira

**Poder de Iniciativa das Leis**  
Professor Roberto Rosas

**O Sistema Representativo**  
Professor Paulo Bonavides

**CÓDIGOS**

**CÓDIGO PENAL MILITAR**

1.ª parte:

I — Anteprojeto de Código Penal Militar  
Autor: Ivo d'Aquino

II — Exposição de Motivos  
Ministro Gama e Silva

2.ª parte:

Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-69;  
Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-44

Ana Valderey Ayres Neves de Alencar

**CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR  
LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR  
JUSTIÇA MILITAR E SEGURANÇA NACIONAL  
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO**

**ANO VII — N.º 27 — JULHO A SETEMBRO  
DE 1970 — Cr\$ 10,00**

**APRESENTAÇÃO**

**Simpósio de Conferências e Debates sobre o Novo Código Penal e o Novo Código Penal Militar**

**Punição da Pirataria Marítima e Aérea**  
Professor Haroldo Valladão

**Visão Panorâmica do Novo Código Penal**

Professor Benjamin de Moraes

**A Menoridade e o Novo Código Penal**

Professor Allyrio Cavallieri

**Inovações da Parte Geral do Novo Código Penal**

Professor Rafael Cirigliano Filho

**Desporto e Direito Penal**

Jurista Francisco de Assis Serrano Neves

**Dependência (Toxicomania) e o Novo Código Penal**

Professor Oswaldo Moraes de Andrade

**O Novo Código Penal Militar**

Professor Ivo d'Aquino

**Aspectos Criminológicos do Novo Código Penal**

Professor Virgílio Luiz Donnici

**A Medicina Legal e o Novo Código Penal**

Professor Olímpio Pereira da Silva

**Direito Penal do Trabalho**

Professor Evaristo de Moraes Filho

**O Novo Código Penal e a Execução da Pena**

Doutor Nerval Cardoso

**Direito Penal Financeiro**

Professor Sérgio do Rego Macedo

**Os Crimes contra a Propriedade Industrial no Novo Código Penal**

Professor Carlos Henrique de Carvalho Froes

**A Civilização Ocidental e o Novo Código Penal Brasileiro**

Jurista Alcino Pinto Falcão

**ANO VII — N.º 28 — OUTUBRO A DEZEMBRO  
DE 1970 — Cr\$ 10,00**

**ÍNDICE**

**COLABORAÇÃO**

**A Administração Indireta no Estado Brasileiro**  
Professor Paulino Jacques

**O Papel dos Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Nacional**

Professor José Luiz Anhaia Mello

**O Imposto Único sobre Minerais e a Reforma Constitucional de 1969**

Doutor Amâncio José de Souza Netto

**Problemas Jurídicos da Poluição do Som**

Desembargador Gervásio Leite

**O Direito Penitenciário — Importância e Necessidade do seu Estudo**

Professora Armida Bergamini Miotto

**Regime Jurídico dos Militares do Distrito Federal**

Doutor José Guilherme Villela

**O Direito não É; Está Sendo**

Doutor R. A. Amaral Vieira

**PROCESSO LEGISLATIVO**

**Algumas Inovações da Emenda Constitucional n.º 1/69**

Diretoria de Informação Legislativa

**PESQUISA**

**Júri — A Soberania dos Veredictos**

Ana Valderey Ayres Neves de Alencar

**ARQUIVO HISTÓRICO**

**Documentos sobre o Índio Brasileiro (1500—1822) — 1.ª parte**  
Leda Maria Cardoso Naud

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação  
Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 —

ZC-02 — Rio de Janeiro—GB (atende também  
pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: No

Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco A, Loja 11 — Em São Paulo:

Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

**Serviço Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.503**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20**